



O Novo Código de Ética Médica, que entrou em vigor em abril, normatiza o trabalho de cerca de 350 mil profissionais em todo o país. Para José Roberto Goldim, pesquisador e professor da UFRGS que mantém um site atualizado sobre ética na ciência e bioética, a novidade do regulamento está em estabelecer limites para ações diagnósticas ou terapêuticas em situações de doenças terminais, respeitando o curso de vida do paciente.

P11

Decisão sobre a vida



SARAUS DO IA

Música compartilhada

Semanalmente, o Instituto de Artes da Universidade realiza saraus, que são uma ótima oportunidade para apreciar um bom espetáculo. Sem grandes pretensões, os estudantes do curso de Música apresentam um repertório que reúne no mesmo dia obras de artistas como Chiquinha Gonzaga, Robert Schumann, George Gershwin, Johann Sebastian Bach e Carlos Aguirre. Além de um atrativo para a plateia, o encontro musical também é uma lição para os futuros artistas. Para a coordenadora dos saraus, Hella Frank, a presença no palco é importante para os alunos sentirem o que é música, já que ela foi feita para ser dividida. "É importante a experiência de ficar nervoso e ter de aprender a lidar com isso, a como reagir. Nos saraus é possível perceber o que sai bem com o público e o que não sai tanto. É um laboratório de prática." Os irmãos Ariel, com o violino (esq.), e Gabriel, com a viola (dir.), são presenças constantes nesses encontros e relatam sua acidentada trajetória até o ingresso na UFRGS.

P13

SARAMAGO

Literatura perde a genialidade portuguesa do Prêmio Nobel

Página 12

DENIS MUKWEGE

Médico congolês denuncia atrocidades e critica a ética da indiferença

Página 10

DESASTRE AMBIENTAL

Golfo do México sofre com vazamento

Pelo menos 5 milhões de litros de óleo vazaram diariamente no Golfo do México desde a explosão da plataforma Deepwater Horizon, da companhia inglesa BP, no dia 20 de abril, até o dia 15 de julho. Quatro estados norte-americanos foram atingidos pela mancha, que continua a se espalhar. A pesca está comprometida na região e praias foram fechadas, prejudicando o turismo. Cobertos de petróleo, cada vez mais animais aparecem mortos na costa, e voluntários se mobilizam para tentar salvar os que sobrevivem. O impacto ambiental pode ser ainda maior se reservas biológicas no continente forem atingidas. A BP já gastou US\$ 3,5 bilhões com o caso, e o problema ainda não foi totalmente resolvido. **P8e9**

DOCÊNCIA

Sobrecarga acadêmica exige planejamento

Com uma agenda dividida entre salas de aula, escritórios, reuniões, laboratórios, apresentação de relatórios, preenchimento de formulários, elaboração de artigos, prestação de contas, orientação de trabalhos e preparação de seminários, os professores enfrentam um cotidiano em que o nível de exigência é cada vez maior. Os depoimentos de quem encara essa rotina comprovam que, muitas vezes, conciliar tudo fica difícil. Por isso, alguns docentes defendem a abertura de novas vagas para técnicos e uma melhor distribuição dos encargos. **P7**

CRACK

Universidade colabora no combate a um drama anunciado

O tráfico se aperfeiçoa, o perfil do usuário muda; somente as políticas de segurança e de saúde não evoluem. O crack apareceu em São Paulo no fim dos anos 1980 e início dos 1990, desde então se alastrou por grandes centros metropolitanos e também pequenas cidades do país, aumentando os índices de violência e destruindo famílias. As grandes dificuldades em contornar as consequências sociais dessa droga se devem às suas particularidades, pois tem um efeito muito maior e mais rápido, proporcionando recaídas sucessivas. A fissura por essa substância é o grande inimigo dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. Os desafios para contornar essa síndrome estão na inexistência de um tratamento específico de dependentes do crack, para o qual serão necessários esforços de pesquisa, como mostra a reportagem de Atualidade. **P5**





Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Compromisso e esperança

A missão da UFRGS, instituição academicamente qualificada e de reconhecida excelência, inclui a mobilização da sociedade para refletir sobre temas atuais e complexos, bem como para encaminhar ações concretas para a sua elaboração. E os meses de junho e julho abrigaram eventos que expressam esse compromisso social da Universidade.

Convidado do “Fronteiras do Pensamento”, o médico congolês Denis Mukwege generosamente aceitou fazer uma conferência aberta sobre “O Compromisso Social da Medicina” em nossa Universidade. Com sua fala cadenciada e plena de significado, impactou com sua humanidade os presentes que lotavam o Salão de Atos. Importante defensor dos Direitos Humanos, reconhecido com premiações internacionais e a indicação para o Prêmio Nobel da Paz, o doutor Mukwege dá assistência a mulheres

“Ao contribuir para a discussão e a definição de atitudes sobre alguns dos desafios do processo civilizatório, podemos nutrir a esperança de um futuro mais digno e mais humano”

vítimas de estupro no leste do Congo. Os rebeldes de Ruanda invadem os vilarejos e violentam mulheres de todas as idades em frente das famílias para marcar o território e estabelecer dominação sobre a exploração de minérios utilizados na indústria da tecnologia da informação. Barbárie perpetuada por mais de uma década e que encontra resistência nesse cirurgião e humanista, que percorre o mundo divulgando esse horror e buscando solidariedade e apoio.

Resultado de parceria estabelecida entre

a Associação do Ministério Público e da UFRGS, com apoio da RBS, o 1.º Congresso Internacional sobre Crack e outras Drogas reuniu mais de mil pessoas para discutir estratégias de prevenção, tratamento e redução dessa verdadeira epidemia que vem destruindo milhares de jovens, suas famílias e afetando toda a sociedade. Em conferências e oficinas resultantes da articulação entre o poder público, a universidade, o judiciário e os serviços de saúde, buscou-se entender e mapear esses aspectos e sugerir o embasamento para futuras políticas públicas.

Ao contribuir para a discussão e a definição de atitudes sobre alguns dos desafios do processo civilizatório, podemos nutrir a esperança de um futuro mais digno e mais humano – esperança, atitude positiva de fazer algo para mudar a realidade e, com firme determinação, construir bons acontecimentos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembecker Rosing, Cesar Zen Vasconcelos, Daltro José Nunes, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissara

Editora-chefe
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico
Juliano Brunl Pereira
Diagramação
Aluísio Pinheiro
Fotografia
Cádlino Andrade, Flávio Dutra
Revisão
Antônio Falsetta
Bolsistas
Arieli Fagundes, Carlos Eduardo Caldas de Souza, Diego Mandarino, Maria Elisa Lisboa e Mariana Marsch
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotófitos e Impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Seleção no Colégio de Aplicação

Gostaria que o jornal abordasse a seleção para ingresso no Colégio de Aplicação da Universidade. Acredito que o sorteio, adotado há alguns anos como critério único para o ingresso de novos alunos, não é a forma mais justa de equacionar o problema do excesso de demanda. Uma ou mais provas aplicadas entre os candidatos me parece ser um modelo muito mais adequado, até porque, sorteio é algo que se aplica muito bem a feiras e festas, mas não a uma coisa tão séria quanto a educação de nossos filhos.

Jurema Araújo, aposentada

Aluna premiada

Escrevemos em nome da equipe do Setor de Francês para sugerir uma matéria no Jornal da Universidade com a aluna de graduação da UFRGS (Licenciatura em Letras) Gabriela Jacoby, que acaba de ser selecionada em primeiro lugar nacional para o programa de Assistentes de Língua Portuguesa na França. Nossa aluna, que teve sua formação complementar no NELE, destacou-se com grande mérito durante toda sua graduação, tendo participado de diferentes projetos de extensão dentro da Universidade, inclusive no projeto pioneiro de ensino de francês para crianças no NELE-UFRGS. Com a bolsa recebida pelo governo francês, Gabriela parte para Paris em setembro para exercer a função de professor-leitor no colégio Montaigne, um dos mais renomados da França.

Setor de Francês do Instituto de Letras, Coordenadora - professora Rosa Maria de Oliveira Graça

Nota da editora

A matéria intitulada “De grão em grão”, publicada na página 5 da edição anterior do JU, abordou a possibilidade de o Brasil tornar-se o primeiro país do mundo a comercializar o arroz LibertyLink, criado pela Bayer CropScience. A questão estava em pauta na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), mas a empresa retirou o pedido de liberação às vésperas da reunião. Segundo a nota oficial: “Por decisão própria, a Bayer CropScience solicitou à CTNBio – Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, a retirada temporária [grifo nosso] do processo do Arroz LibertyLink (LL62) da pauta de decisões técnicas. Esta abordagem pró-ativa da empresa resulta da necessidade de ampliar o diálogo com os principais integrantes da cadeia de produção de arroz no Brasil. O objetivo do diálogo será o de tratar das medidas necessárias que deverão ser tomadas para trazer ao mercado a tecnologia LibertyLink para a cultura do arroz. Esta decisão está em linha com nossa abordagem responsável no lançamento de produtos e representa nosso compromisso com as necessidades dos nossos clientes”. A notícia sobre a retirada do pedido junto à CTNBio circulou após a impressão e distribuição da edição de junho. No entanto, tal fato não invalida os questionamentos levantados pelos entrevistados de nossa reportagem, uma vez que a própria nota da empresa afirma que a retirada é temporária.

Correção

Por um erro de edição, a foto publicada na seção Memória da UFRGS, na edição de junho, teve a legenda trocada. O time de futebol que aparece na foto datada de 1924, por ocasião dos Jogos Olímpicos de Paris, é a seleção do Uruguai, e não o time da Espanha.

Memória da UFRGS

ADAIR HERMANN/ACERVO MUSEU DA UFRGS



1958

Jovens participantes de um dos famosos Bailes da Reitoria posam para a clássica foto nas escadarias do prédio. O baile era um dos eventos mais prestigiados na agenda social da Porto Alegre dos anos 50. A foto pertenceu ao acervo particular de Adair Hermann, doado ao Museu da UFRGS.

Esclarecimentos sobre a reportagem “Perdidos e achados”

A família do professor Laudelino Teixeira Medeiros, que dedicou 42 anos de sua vida à UFRGS, da qual foi fundador, gostaria de prestar alguns esclarecimentos a respeito da matéria publicada com destaque na última edição do JU.

O professor nunca residiu em Caxias, seu arquivo foi para lá porque, das universidades em que trabalhou, foi a única que aceitou manter o arquivo e a biblioteca na sua integralidade. Foi por isso e por sua honestidade intelectual e dedicação à História que hoje as atas estão disponíveis para pesquisa. Não eliminou as cópias que tinha das sessões de que participou. Ele entra na Comissão com a saída do professor Prunes e a abandona, a pedido, por não concordar com o andamento dos trabalhos e com a atuação do general Teixeira. Sua saída fez com que fosse “fichado” pelos órgãos de segurança e teve duas consequências: não pôde ser reconduzido ao Conselho da Fapergs, no qual representava a UFRGS, e teve seu nome incluído em lista de “cassação” em 1969, da qual foi excluído por ingerência do professor Carlos de Brito Velho. A foto de automóvel, incluída na matéria, não é recorte dele, mas parte de uma das muitas revistas do acervo.

Autor de mais de dezena de trabalhos publicados, entre os quais “Vilas de Malocas”, primeira pesquisa sobre

favelas no Brasil, e “O Processo de Urbanização do Rio Grande do Sul”, foi membro do Conselho de Cultura do Estado e presidente do Instituto Histórico do RS. Com Florestan Fernandes, realizou a primeira pesquisa sobre o padrão de vida dos brasileiros. Trouxe à UFRGS os professores Gilberto Freyre e Raymond Aron, entre outros.

Na abertura do acervo, Fernando Henrique Cardoso enviou mensagem em que diz “...anos depois, em 1964, quando os percalços da vida política levaram-me ao Chile, foi um dos primeiros a escrever-me, solidarizando-se e pondo-se à minha disposição para o que pudesse ser útil. Esse gesto mostra o caráter de Laudelino. Ele, que era considerado moderado, e não ‘de esquerda’, não hesitou em manifestar-se. E, é bom recordar, quando os tambores rufavam, muitas ‘belas alas’, que se diziam progressistas, bateram em retirada e fizeram de conta que nada estava ocorrendo... Deixo, portanto, com emoção e gratidão, este testemunho que nada mais faz do que justiça a um homem de bem e professor mérito” (25/9/2000).

Essas observações são feitas em respeito à memória histórica e à sua indiscutida dedicação à UFRGS, dentro do limitado espaço oferecido.

Luiz Inacio Medeiros

Geração Z em foco

Projeto debate temas do Fronteiras do Pensamento

Foi lançado no dia 9 deste mês o projeto Fronteiras Educação – Diálogos com a Geração Z, que promoverá cinco encontros abertos a estudantes entre 12 e 18 anos no dia seguinte a cada conferência do Fronteiras do Pensamento Braskem. A iniciativa tem o apoio da UFRGS, por meio da Pró-reitoria de Extensão e do Colégio de Aplicação, e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, através de suas secretarias de Educação e de Cultura.

A ideia é debater temas da cultura contemporânea, com linguagem e recursos apropriados à visão de mundo dos estudantes a partir da 6.ª série do ensino fundamental. Conforme Francisco Marshall, professor do departamento de História da Universidade e consultor educacional do projeto, “levou-se em conta a condição cognitiva da atual geração”.

Ele justificou a proposta, relatando sua própria experiência docente: “Leciono disciplinas do primeiro semestre na UFRGS e pego a chegada dessa geração Z, que tem o hábito de ‘zapear’, utilizando ao mesmo tempo várias mídias. Percebo que os jovens ficam muito perturbados pelas imensas possibilidades do hipertexto e têm uma relação horizontal com o conhecimento, acessando simultaneamente o MSN, o Facebook e o Twitter. Entram num site de conteúdo maravilhoso, mas o hipertexto os remete a outras instâncias. Isso tudo mudou totalmente o padrão cognitivo e foi um processo muito rápido, mas bem tangível. O padrão da pessoa que senta numa poltrona e lê um livro é inconcebível para a geração atual”.



Professor Francisco Marshall

Nesse contexto, Marshall afirma que o educador tem de ser um agente também nesse meio, que hoje é fundamental. “Só que nós, adultos, domesticamos esses meios, tendo como ponto de partida uma formação já consolidada, que o jovem de hoje não tem. Então, o que propomos é pegar os temas relevantes abordados no Fronteiras e transmiti-los como possibilidade de formação e de finalização de conteúdo para a geração Z”, explica.

Para ele, o desafio será saber se realmente a proposta conseguirá penetrar nesse “aquário” de mídias, símbolos, afetos e tensões. “A sala de aula está em crise por sua incapacidade de diálogo. Temos um modelo do século XIX que gera problemas de tensão e distúrbios fortes na escola.”

Os diálogos terão como mediador o escritor Fabrício Carpinejar e a participação de especialistas da UFRGS, que ampliarão os temas propostos a partir de pensadores contemporâneos. Os encontros ocorrerão no Salão de Atos da reitoria, às 9h, numa perspectiva de atingir 1.300 alunos da Rede Municipal de Ensino, do Colégio de Aplicação da Universidade e de demais escolas a cada edição, mediante inscrição prévia.

Haverá a edição de material de apoio, em formato de fascículos, para o estudo de cada uma das temáticas propostas, a ser distribuído aos alunos presentes. Ao final do projeto, esse material será distribuído gratuitamente para as bibliotecas escolares. Inscrições e informações pelo e-mail relacionamento@fronteirasdopensamento.com.br ou pelo telefone (51) 3029-2326.

Haverá a edição de material de apoio, em formato de fascículos, para o estudo de cada uma das temáticas propostas, a ser distribuído aos alunos presentes. Ao final do projeto, esse material será distribuído gratuitamente para as bibliotecas escolares. Inscrições e informações pelo e-mail relacionamento@fronteirasdopensamento.com.br ou pelo telefone (51) 3029-2326.

HONORIS CAUSA

Reconhecimento à formação intelectual

Em 15 de julho, um dia depois da data em que se relembra a Queda da Bastilha, o professor Alexandre Aimé Ernest Roche recebeu o título de Doutor Honoris Causa da UFRGS. A proposta da homenagem partiu da Faculdade de Ciências Econômicas, seguindo as sugestões dos professores Paulo Visentini, Paulo Ledur e Carmem Lenora Martins, devido à sua importante contribuição ao processo de formação acadêmica e intelectual de várias gerações. “No mundo inteiro, talvez tenha ensinado 20 mil alunos. Em Porto Alegre, de 10 a 12 mil. É muita coisa. São 65 anos como professor”, exclama o egípcio nascido em Alexandria, filho de pais franceses.

O fundador do Instituto Roche se disse honrado por essa distinção que, segundo ele, coroa toda a sua carreira: “Me sinto muito feliz por tanta afeição. Esse título vai representar muito, porque sempre levei a Pedagogia na minha vida, ainda mais por ser uma universidade tão conhecida



Roche recebe o título do reitor Alexandre Netto

como a UFRGS”. Ele considera a distinção uma valorização ao ensino de língua francesa, que perdeu notoriedade com o tempo e agora está se recuperando. “Muitos de meus alunos são professores da Universidade hoje; são tantos, que me fogem os nomes”, comenta.

Programação

10 de agosto
RELIGIÃO, CULTURA
E LIBERDADE

Temas polêmicos na fronteira entre religião, ética, tecnologia e engenharia genética terão destaque neste primeiro encontro, a partir do pensamento de Terry Eagleton e de outros filósofos.

24 de agosto
REVOLUÇÃO, CULTURAL
E O DESAFIO AMBIENTAL

O surgimento de uma crescente consciência ambiental, que passa pelo respeito à biodiversidade, e a busca por um desenvolvimento sustentável serão os temas desse encontro, tendo como ponto de partida as ideias apresentadas pelos ambientalistas Daniel Cohn-Bendit e Jean-Michel Cousteau.

14 de setembro
CIÊNCIA, CÉREBRO E
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

5 de outubro
O CONTINENTE MÁGICO:
LITERATURA NA AMÉRICA
LATINA

9 de novembro
A ERA DA CONECTIVIDADE

TEATRO

Conferência-demonstração com Thomas Leabhart

O Grupo de Estudos em Educação, Teatro e Performance (Getepe) da Faculdade de Educação da UFRGS promove uma Conferência-demonstração com Thomas Leabhart. Aluno, ator e assistente de Etienne Decroux de 1968 a 1972, Thomas é professor e artista residente na Universidade Pomona College, Califórnia. Membro da equipe artística do International School of Theater Anthropology (ISTA), ele apresentou espetáculos e ministrou cursos de mímica no Museu do Design de Zurich, no Museu Nacional de Ethnologia em Osaka, além de atuar como redator-chefe do Mime Journal. A atividade será realizada no dia 26 de agosto, às 19h, na sala 101 da Faced. A entrada é franca. Mais informações pelo e-mail dicreal@hotmail.com.



UFRGS TV

Conhecendo a UFRGS

Medicina: 112 anos de história, excelência e tradição

Fundada em 25 de julho de 1898, a Faculdade de Medicina da UFRGS (Famed) completa, neste mês, os seus 112 anos de criação. Originada da Escola de Partos da Santa Casa e da Escola de Farmácia de Porto Alegre, o primeiro ensino de Medicina do RS nasceu da necessidade da própria população de um serviço de saúde, contrariando as tradições da época, que defendiam o livre-exercício das profissões. “Esse curso foi o primeiro criado a partir do desejo de uma comunidade”, conta Mauro Antônio Czepielewski, diretor da faculdade.

Ao longo de sua trajetória, a Faculdade mudou de nome, sede e estrutura. A partir do ano 2000, com a instalação do novo curso na UFRGS, o curso de Nutrição também passou a integrar a Faculdade. Mantendo a sua tradição de excelência em educação, a Medicina conquistou destaque no cenário nacional tanto pela qualidade do ensino quanto pelo perfil de profissionais que forma. Bárbara Riboldi, estudante do 5.º semestre, diz que a Famed forma alunos bem críticos e muito voltados à pesquisa. Por ser reconhecida mundialmente, a Medicina atrai estudantes de toda parte.

Além de um corpo docente renomado e do grande aporte da tecnologia, conta também com a estrutura do Hospital de Clínicas, destinado desde 1974 a servir tanto aos alunos da UFRGS quanto à sociedade. O hospital é centro de referência para tratamento de doenças e desenvolvimento de pesquisas, fornecendo aos alunos um campo de estudo efetivo e condizente com a realidade do sistema público de saúde.

Quando perguntado sobre a importância da Medicina, o estudante do 4.º semestre do curso Ariel Camargo Gris da Silva diz que, “como profissional, eu vejo alguém voltado às necessidades sociais. A nossa maior crítica é essa, o que nós vamos dar de retorno, já que estamos dentro de uma universidade pública, gratuita e o nosso trabalho será vinculado à sociedade sempre”.

Para saber como funciona a Faculdade de Medicina, assista ao programa Conhecendo a UFRGS que vai ao ar dia 27 de julho, com reprise no dia 3 de agosto, às 21h30min, na UNITV, canal 15 da NET POA.

Assista aos programas

Para conhecer mais o Nupacs, pioneiro nos estudos de Antropologia do Corpo e da Saúde no Brasil, assista ao programa Conhecendo a UFRGS, que vai ao ar no dia 29 de junho, a partir das 21h30min, pela UNITV, canal 15 da NET POA.

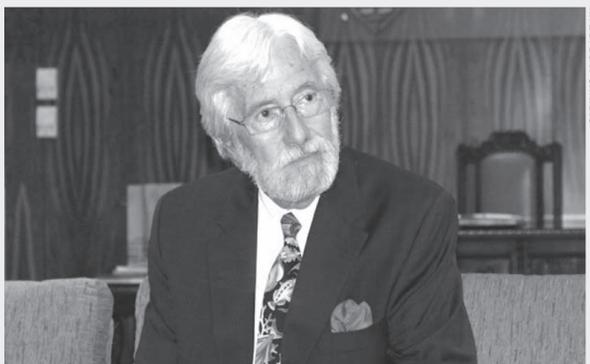
AMBIENTALISMO

Cousteau e o acidente no Golfo do México

No dia 5 deste mês, Jean Michel Cousteau esteve na UFRGS apresentando conferência para o projeto Fronteiras do Pensamento Braskem. Ao comentar a tragédia no Golfo do México, provocada pelo vazamento de óleo de uma plataforma da British Petroleum (BP), o ambientalista francês revelou já ter estado no local com sua equipe por três vezes e que pretende voltar ao cenário do que considera a maior catástrofe ambiental causada pelo homem em todos os tempos. Comparando esse episódio ao derramamento de óleo do navio Exxon Valdez, ocorrido há 21 anos no Alasca, ele disse que as consequências terão longa duração, talvez décadas. “A população local está sofrendo, o meio ambiente não se recuperará rapidamente. Eu acho que vamos ver algumas consequências ambientais dramáticas não apenas

no Golfo, mas com o óleo sendo levado pela Corrente do Golfo em direção ao Norte, até na Europa Ocidental.” Cousteau também acredita que há muito trabalho de pesquisa a ser feito,

porque haverá milhares de pessoas que ainda serão afetadas, perdendo seus empregos e que ficarão sem saber como alimentar suas famílias amanhã. Quanto ao fato do acidente ter sido divulgado tardiamente na imprensa, o ambientalista listou duas razões: “Primeiro, porque ninguém sabia o tamanho da catástrofe; e segundo, porque as autoridades e a indústria mantiveram a mídia afastada. Nós não tivemos dificuldade de acessar o local, porque não somos da mídia. Eu não fui lá para acusar ou criticar, mas para documentar e sugerir alternativas para limpar a região do óleo e ajudar as pessoas. A mídia e os advogados e juizes irão cuidar do que aconteceu, não nós. Eu olho para o futuro, não estou interessado no passado”, concluiu. Uma análise das consequências do desastre pode ser lida na reportagem especial desta edição, na página central.



Ambientalista esteve por três vezes na área do desastre



Edemir Pires, diretor de patrimônio da Associação Comunitária de Amigos e Moradores da Cidade Baixa e Arredores (Mocambo), ao lado de mural situado no 1.º Perimetral em Porto Alegre.

Estatuto da Igualdade Racial: o revés do Senado Brasileiro

Paulo Sérgio da Silva*

O termo liberdade é um dos mais cultuados entre os ideólogos e teóricos que defendem as teorias relacionadas ao modelo de desenvolvimento socioeconômico chamado liberalismo. A liberdade ganha também a maior parte dos espaços nos discursos que se relacionam a indistintas formas de desenvolvimento econômico e social. Os discursos fundamentados no termo e na temática liberal em geral vêm afirmando a ideia de que, num país como o Brasil, o modelo deve privilegiar o desenvolvimento de todas as forças produtivas de forma livre e democrática, seja na economia, na política ou na comunicação.

A liberdade está na “crista da onda”, quando nos referimos, por exemplo, à liberdade de imprensa, que permite autonomia aos grandes meios de comunicação externar suas opiniões e, assim, garantir o acesso à maioria das pessoas à informação “livre”. Assim, se faz crer na isenção da imprensa, e que esta não veicula interesses próprios, sobretudo por intermédio dos seus “formadores de opinião”, de modo a presumir a garantia da liberdade de opinião dos indivíduos. Essa liberdade acalentada e decantada nos mais variados discursos é a dos mercados econômicos. Tão cheia de significados, a palavra liberdade é incorporada a um ideário que, ao exaltar o termo, restringe, na prática, a sua utilidade. Sabe-se, entretanto, que não é para todos, é para quem pode, uma vez que está atrelada aos interesses do capital econômico-financeiro e às injunções políticas que preservam os privilégios dos grupos dominantes, em detrimento da maioria da população, que vivencia a exclusão social e a condição persistente da não cidadania.

Recentemente, uma decisão política do Senado propôs uma série de alterações no Estatuto da Promoção da Igualdade Racial que bloqueou e provocou um revés, ainda que momentâneo, nas conquistas significativas da população negra no Brasil. Esse documento, fruto de demandas históricas do movimento negro brasileiro, tramita há mais de dez anos. Sua intenção é consolidar a implementação de políticas públicas, caracterizadas como políticas de ação afirmativa, que tenderiam a beneficiar, a título de reparação, as injustiças perpetradas pelo violento processo escravista brasileiro sobre os descendentes e herdeiros da escravidão.

A política de cotas nas universidades e nas empresas, o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos e o termo raça são questões que ponteiavam as reivindicações nesse documento e que foram retiradas pela relatoria do projeto. Relatoria esta que é contrária à política de cotas raciais e representa, no Congresso Nacional, a classe dos grandes proprietários rurais, os quais se autoidentificam, na atualidade, como a categoria do agronegócio – outrora conhecida como a classe dos latifundiários.

Não é preciso ir muito longe para compreender que o termo raça, sobre o qual se discute a perspectiva do antirracismo – que é matéria do Estatuto –, não é o conceito cunhado no campo da biologia e se assenta na afirmação da unicidade da raça humana. É correta a afirmação de que todos fazemos parte de uma única raça, a raça humana. Entretanto, o conceito que se discute hoje, em todas as esferas que estabelecem algum tipo de discussão séria sobre o racismo e suas nefastas consequências, está alicerçado em ideias e teorias sociológicas que combatem os conceitos pseudocientíficos e ideologizados sobre a questão racial, por meio dos quais é resgatada a valorização da condição racial sobre o viés político, de forma a combater a ideologia racista.

O termo raça, sobre o qual se constitui a discussão em torno do Estatuto da Igualdade Racial, está alicerçado justamente na necessidade de se contrapor às ideias que, desde a chegada dos primeiros colonizadores na América, autorizavam os portugueses a reduzir os africanos à condição de escravos.

Pelo fato de os colonizadores e evangelizadores afirmarem que os negros não possuíam alma, os africanos e seus descendentes puderam ser transformados em escravos. E, no processo de desenvolvimento do capitalismo comercial baseado na escravidão, eles se misturavam a objetos e bens semoventes – bens de capital que movimentavam de forma intensa a economia colonial.

O conceito de raça, enquanto construção sociológica, afirma-se como um conceito em disputa pelos movimentos sociais, especialmente pelo Movimento Negro. Fazendo-se presente no Estatuto da Igualdade Racial, tenta contrapor as clássicas teorias pseudocientíficas que, durante

o final do século XIX e a primeira metade do século XX, justificavam a necessidade de estimular o fluxo migratório para o Brasil com a intenção de “embranquecer” a nação, considerada “sem futuro”, devido à grande quantidade de pretos e miscigenados. Essas ideias racistas defendiam que, em no máximo 70 anos, não existiriam mais negros no país. Tais previsões assentadas nas ideias do Conde de Goubeineau e de seus seguidores não lograram êxito e, hoje, o Brasil é a maior nação fora da África em população negra, com uma estimativa de aproximadamente 50% dos habitantes considerados de descendência africana.

Essa parte da população, com total pertinência histórica, sociocultural e política, tomou a decisão de ser considerada não somente humana, mas se afirmou como sendo o berço primordial das civilizações humanas. Por outro lado, os africanos e seus descendentes em diversas partes do mundo também resignificaram uma série de sentidos de sua própria existência e se alçaram na intenção de garantir direitos básicos advindos do exercício da parolada democracia: o direito à terra, o direito à educação e o direito à autodeterminação.

As reivindicações do movimento negro no Brasil, expressas no documento, chamam a atenção para a importância de políticas públicas que garantam proteção social, por meio das ações afirmativas que visam atingir um significativo contingente da população brasileira que, após a abolição da escravidão, passou da condição de dominado à condição de excluído em termos sociais e econômicos.

No caso do reconhecimento das áreas quilombolas, a questão das comunidades remanescentes é retirada da pauta do Estatuto da Igualdade Racial sob a alegação da necessidade de se “rediscutir” quem são esses grupos. Estimativas de organizações do movimento social e de instituições públicas apontam para a existência de aproximadamente cinco mil dessas comunidades que buscam reconhecimento por parte do Estado brasileiro. Esses estudos já subsidiaram e consagraram uma série de dispositivos constitucionais que vem reduzindo os elevados níveis de desigualdade social, beneficiando diversas comunidades afrodescendentes.

Por trás do pretexto da discussão sobre quem são os remanescentes de quilombos, os que ten-

tam impedir a possibilidade de reconhecimento institucional a partir do Estatuto da Igualdade Racial têm como preocupação apenas a defesa do interesse da Liberdade de Propriedade Individual, pouco importando a função social da terra, demonstrando que os argumentos dos conservadores de hoje, assentam-se nos mesmos princípios dos escravocratas de ontem. A titulação das áreas das comunidades é considerada uma ameaça, na medida em que a regularização fundiária dos quilombos propõe a possibilidade de uma profunda reflexão sobre as formas de direito à propriedade.

Quando se fala em cotas, tanto no serviço privado quanto nas instituições públicas, a retirada da discussão na proposta do Estatuto da Igualdade Racial não leva em conta a importância desse sistema no sentido de corrigir as imensas desigualdades raciais que marcam a realidade brasileira. Historicamente a escola não é acessível à população negra. Convém lembrar, por exemplo, que a escola era inacessível a escravos e seus dependentes e, hoje, nas universidades brasileiras, o número de estudantes negros não chega a 4%, numa perspectiva otimista.

Num Estado em que a base do desenvolvimento está relacionada às políticas públicas de educação e de inclusão social, a retirada das cotas raciais do Estatuto representa um retrocesso na perspectiva da busca de igualdade e reafirma a continuidade na luta pela abolição 120 anos depois da aprovação da Lei Áurea.

Mesmo que os dados estatísticos estejam apontando, no país inteiro, a eficácia das políticas de ação afirmativa, a despeito da intensa desigualdade racial que se estabelece no Brasil – pela negativa em aprovar as cotas raciais, pela negativa de reconhecer o direito autônomo das comunidades remanescentes de quilombos e pela exclusão do termo raça do texto do projeto do Estatuto da Igualdade Racial –, a sociedade brasileira assiste à efervescente e secular luta que se mantém presente e viva: a disputa entre a liberdade dos que “têm” e a igualdade dos excluídos pelo racismo, herdeiros e tributários da penosa realidade das senzalas.

* Doutorando em Educação – PPGEDU-UFRGS

Mapa de uma síndrome social

Crack

Pesquisa é peça-chave para conhecer e combater a droga que revolucionou grandes e pequenas cidades do país

Caroline da Silva

Que o crack é o grande culpado de uma série de atos violentos, não há dúvida. Mas sobram ressalvas quanto aos levantamentos de dependentes dessa substância e sobre o modelo mais adequado para tratá-los. Diante dessa realidade, o Governo Federal anunciou em maio um Plano Nacional sobre Crack que envolve a UFRGS diretamente. Um dos projetos será desenvolvido pelo Centro de Pesquisa em Álcool e Drogas (Cpad) do Hospital de Clínicas, coordenado pelo psiquiatra e professor da Universidade, Flavio Pechansky.

“O Cpad é o centro que a Secretaria Nacional de Política sobre Drogas (Senad) escolheu para desenvolver o projeto Ações Integradas, que objetiva prevenção, pesquisa e tratamento. Em um primeiro estágio, ele envolve cinco macrorregiões do país: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Vitória e Salvador. O Cpad coordena todas”, explica o pesquisador.

O primeiro passo do Cpad será mapear as instituições públicas para atendimento de usuários da substância existentes nessas regiões e também suas equipes. “Depois, avaliaremos como está sendo feito o atendimento nesses locais (entrevistando técnicos, pacientes e familiares). Em função das demandas que forem identificadas, vamos treinar as equipes e qualificá-las.” Os diferentes treinamentos abrangem desde profissionais da saúde, passando por policiais e até agentes da Justiça. “A ideia é habilitá-los a identificar, abordar, encaminhar e tratar o usuário da subs-



Cachimbos utilizados no consumo das pedras de crack recolhidos ao depósito Departamento Estadual de Investigações do Narcotráfico (Denarc)

tância, além de reinseri-lo socialmente, uma das maiores dificuldades que temos”, confirma.

Conforme o coordenador do Centro, também serão estudados modelos inovadores para tratamento de crack, em um laboratório-piloto na capital gaúcha e em colaboração com os centros universitários das regiões metropolitanas dessas cidades. Na avaliação de Pechansky, as dificuldades para o tratamento dos dependentes são todas as possíveis, “desde a porta de entrada até a porta de saída”. Em Porto Alegre, reunindo o sistema público e privado, são 210 leitos para internação. “Ao ver essa quantidade, se percebe quão poucos eles são. Existe uma defasagem histórica para esse tipo de tratamento no Brasil.”

O psiquiatra conta que os programas de atendimento a usuários de crack não

foram desenvolvidos especificamente para consumidores dessa substância. “Na prática, usamos modelos adaptados, como o do tratamento de alcoolismo.” No entanto, Pechansky alerta que, dada a característica de a substância ter um efeito agudíssimo seguido de um pós-efeito negativo também agudo, o crack não permite um uso moderado. “Não existe quem tenha pedra de crack no bolso para usar depois. Esse estilo de abordagem que proporia um uso controlado não é viável para o usuário de crack, porque seu cérebro está muitíssimo afetado.”

Em função disso, o professor compara o sistema existente a uma engrenagem na qual faltam dentes. “Por exemplo, o usuário de crack, para se desintoxicar, precisa de mais tempo internado do que um de cocaína as-

pirada. E isso implica mais tempo de internação, maior número de leitos e um pós-tratamento mais intenso. O que acontece é que o paciente vai para uma emergência em um estado absolutamente caótico, fica dois ou três dias atendido por equipes que às vezes não são completas e sai dali para um ambiente de fazenda terapêutica ou para um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas.” Nos CAPSAd, o paciente passa o dia no ambulatório. “Isso funciona para um tipo de droga cujo nível de fissura pela falta seja tolerável. É muito difícil um usuário de crack às 18h ir para casa e não usar nada até o dia seguinte”, garante. Concluindo, Pechansky afirmou que, para desenvolver um modelo, precisa-se saber muito bem com o que se está lidando. Dai decorre a urgência da pesquisa.

Luta contra a “fama interna”

Para um Salão de Atos lotado, o conferencista argentino Eduardo Kalina afirmou que a única vacina efetiva para as drogas é dizer *não*. O público – cuja quantidade surpreendeu os próprios palestrantes – aplaudiu fervorosamente. Esse foi um dos tantos grandes momentos do I Congresso Internacional Crack e outras Drogas, promovido pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul e realizado de 7 a 9 de julho na UFRGS. Presente à abertura do evento, o ministro Gilmar Mendes destacou que é necessária uma melhoria na Justiça Criminal, por não haver uma política de segurança pública. O grande problema do crack, segundo os relatos, são os crimes cometidos para financiar o vício.

No painel sobre tratamento, que segundo o mediador Flavio Pechansky é a questão crítica sobre o tema, foram listados três elementos-chave: uso de crack associado a outras drogas, maioria dos usuários ter outras patologias e dificuldade na abstinência por ser um fenômeno compulsivo de intensa fissura.

Abrindo a atividade, houve o relato do psiquiatra mexicano Javier Lugoleos Cano, dos Centros de

Integração Juvenil, que trabalha com pacientes na linha de frente e também coordena uma unidade de comunidades terapêuticas no Hospital Universitário de Monterrey. Segundo Cano, esse processo é delicado porque os pacientes são muito vulneráveis e não estão prontos para um novo modo de vida, sendo necessária uma equipe interdisciplinar e capacitada: “Não temos que tratar os sintomas, mas as pessoas”. O psiquiatra finalizou utilizando uma frase do escritor Mark Twain, que afirmou que ninguém se livra de um vício atirando-o pela janela, mas sim pela escada, degrau a degrau.

A painelistra Ana Cecília Marques, da Associação Brasileira de Estudos do Álcool e outras Drogas (Abead), definiu a dependência química como uma doença crônica que atinge o indivíduo como um todo, mas que é tratável. Ela referiu-se à dependência como uma síndrome que exige desintoxicação, intervenção psicossocial e comportamental. “95% dos dependentes podem ser tratados em regime ambulatorial, com bom desfecho, se nas melhores condições”, afirmou a psiquiatra. Ana Cecília comentou a situação de

recaídas rápidas, uma vez que o crack proporciona como efeito um momento de “fama interna”, que atrai principalmente os adolescentes. Conhecedora próxima do assunto, ela realizou um projeto no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSAd) na Praça da Sé, em São Paulo, ao lado da região conhecida como Cracolândia.

Já Solange Nappo, pesquisadora do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicótropas (Cebrid) e professora do Departamento de Psicobiologia da Unifesp, apresentou uma cronologia da droga e do perfil do usuário. Conforme ela, o crack assola a capital paulista há quase 20 anos e, com o tempo, a entrada das mulheres no consumo acabou mudando a dinâmica da cultura do uso – sabendo lidar com o tráfico, com a polícia, com a fissura e dando continuidade a algum vínculo social. Hoje, o próprio tráfico estabeleceu como estratégia para prolongar a vida dos “clientes” comercializar um mesclado de crack e maconha, minimizando os efeitos da fissura, que levaria o usuário a atos violentos com consequências fatais.

O atendimento a dependentes químicos na Capital

LEITOS PARA DEPENDENTES QUÍMICOS EM PORTO ALEGRE

Central de Leitos - SUS

- 30 leitos adultos no Hospital Vila Nova
- 30 leitos adultos no Hospital Parque Belém
- 30 leitos para jovens a partir dos 16 anos e 10 leitos para crianças de até 12 anos na Unidade São Rafael
- 12 leitos para adolescentes e 24 leitos Álcool/Drogas adultos no Hospital São Pedro

Sistema privado

- 15 leitos até 14 anos na Clínica Gramado
- 14 leitos femininos e 45 leitos masculinos até 18 anos na Clínica São José

SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL

A Prefeitura de Porto Alegre também disponibiliza tratamento ambulatorial no CAPSAd (Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas). O acesso a esses serviços se dá a partir das unidades básicas de saúde ou da emergência psiquiátrica do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul e Pronto Atendimento em Saúde Mental IAPI.

- Plantão de Emergência em Saúde Mental do Pronto-atendimento Cruzeiro do Sul (PACS). Atendimento de urgência 24 horas (cerca de 1.500 atendimentos mensais)
- Plantão de Emergência em Saúde Mental IAPI
- Centro de Atenção Psicossocial. Álcool e Drogas (CAPSAd) Vila dos Comerciários
- CAPSAd IAPI
- CAPSAd Vila Nova
- CAPSAd Grupo Hospitalar Conceição

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde



Apoio aos estudantes

Financiamento

Cresce a procura por auxílio financeiro para a participação em congressos e eventos de natureza acadêmica

Ser universitário significa muito mais do que apenas comparecer às aulas. Participar de grupos de pesquisa, atividades de extensão e congressos também faz parte da vida acadêmica. No entanto, às vezes é difícil para o aluno conseguir viajar para eventos fora da cidade ou do estado. O alto custo de transporte, hospedagem e alimentação pode-se transformar em verdadeiro empecilho. Por isso, a UFRGS, por meio da Secretaria de Assistência Estudantil (SAE), disponibiliza auxílio financeiro aos estudantes. “Nós analisamos o mérito desses pedidos e verificamos se eles representam investimento em apoio pedagógico e cultural. Não é para qualquer evento que repassamos verba”, explica o secretário Edilson Nabarro. De acordo com a responsável pela divisão de bolsas da SAE, Maria Conceição de Matos Braga, este ano o número de pedidos deve superar o de anos anteriores. “Estamos executando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE), que conta com recursos para a assistência estudantil em várias linhas, e a divulgação desses benefícios tem alavancado a procura.”

Quem deseja solicitar auxílio para participar de algum evento necessita do aval de alguma instância acadêmica, seja um professor ou chefe de departamento, que aponte a importância da participação do estudante naquele evento. Se aprovado, o valor é depositado na conta do aluno, que depois deve prestar contas. “Os benefícios são para alunos da UFRGS. No ano passado, houve o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), e foi solicitada verba para o transporte. Então, pedimos a comprovação de vínculo dos alunos que usariam a condução, já que o congresso era para estudantes de todas as universidades, inclusive das instituições privadas”, conta.

Além disso, a Universidade repassa anualmente uma quantia de um mil reais para cada diretório ou centro acadêmico. A verba é utilizada para a manutenção da infraestrutura de cada centro. Para que esteja apta a receber a verba, cada organização estudantil tem de estar legalmente constituída, ou seja, o diretor da unidade tem de homologar a direção do diretório para que esta esteja credenciada a receber o repasse.

Os centros acadêmicos também podem solicitar verbas para eventos ou

congressos, conforme a demanda dos alunos e se a execução orçamentária da Secretaria permitir. No caso do Diretório Central dos Estudantes (DCE), não é repassada uma verba ordinária. O repasse financeiro é feito por meio de solicitação específica para um determinado evento. Ainda em relação ao DCE, a Universidade também contribui com bolsas-auxílio para ajuda na manutenção do funcionamento da entidade. Ao todo, são sete alunos bolsistas vinculados ao diretório central, que fica responsável pelo critério de seleção – “assim como qualquer outra unidade da UFRGS”, explica Nabarro.

Mesmo ficando sob responsabilidade da direção de cada centro acadêmico, existem regras para o gasto do dinheiro recebido, que não pode ser

utilizado com material permanente, como equipamentos e móveis, por exemplo, e com material para revenda, para gerar recursos, como camisetas e mochilas. De acordo com Maria Conceição, “quando o auxílio é concedido, geralmente já é acordado com a Secretaria no que a verba será utilizada, justamente para evitar problemas na prestação de contas”.

O auxílio pode ser usado em alimentação, transporte, hospedagem de palestrantes e participantes, coquetel e outros gastos relacionados ao evento proposto. O dinheiro liberado só pode ser gasto em itens demonstráveis e legais, ou esbarra na prestação de contas. E, se esbarra, volta aos solicitantes, que têm de justificar os gastos. “Os diretórios, por exemplo, não podem comprar um notebook porque esse é um bem patrimonial, que tem de ser da Universidade. Se alguém adquirir um bem permanente, se apropria de algo que é da UFRGS sem legalidade”, adverte o secretário.

Pessoa física – A liberação de auxílio financeiro é sempre dada a um titular, uma pessoa física. No caso do Diretório

Central, por exemplo, o repasse pode ser feito tanto ao presidente quanto a uma comissão organizadora do evento, formada por dois ou mais alunos, mas sempre de forma nominal. Não há repasse de verba para pessoa jurídica.

A SAE distribuiu um ofício circular informando aos diretórios sobre o funcionamento da requisição de recursos. “Essa orientação é muito importante, porque era frequente, tanto por parte do diretório quanto por parte dos alunos, e a verba só podia ser paga depois do evento. E isso não é permitido porque aí se constitui verba indenizatória, o que a Universidade não permite. Por isso é tão importante esse ofício de instrução”, ressalta Nabarro.

Sem comprovar, tem de devolver – Após ser efetuado o repasse da verba aos alunos beneficiados, a Secretaria solicita a prestação de contas pelo mesmo processo no qual foi requerido o auxílio financeiro. Os solicitantes têm um prazo de 30 dias para que o processo retorne à SAE, com as notas fiscais e recibos que comprovem os gastos. Antes, a presta-

ção de contas era feita toda no final do ano, mas, como o volume de pedidos cresceu muito, a regra mudou.

Tanto para o DCE como para os diretórios e centros acadêmicos, a nova prestação de contas inviabiliza um novo auxílio financeiro. Desse modo, se não houver prestação de contas, o auxílio financeiro é vetado. Se os diretórios não conseguirem comprovar os gastos relacionados ao evento, o valor é recolhido e retorna ao caixa da UFRGS. “Existem casos em que eles são obrigados a devolver. Se um aluno solicitou dinheiro para um congresso e, por um acaso, não foi, tem de devolver”, explica Maria Conceição. De acordo com Edilson Nabarro, atualmente não há problema pendente com nenhum diretório. “Caso haja alguma pendência da gestão anterior por falta de comprovação de gastos, eles acabam devolvendo o dinheiro. O nosso parâmetro de regularidade é respeitar esses preceitos. Mas, claro, já houve atrasos. O atraso, entretanto, não supõe irregularidade”, afirma.

Cadu Caldas, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



Estudantes podem solicitar auxílio financeiro à SAE tanto individualmente quanto por meio do diretório ou do centro acadêmico de seu curso

FLAVIO DUTRA/JU

Dois pontos

VISAR VS. VISAR A

O verbo visar, frequentemente usado na linguagem administrativa, pode ou não ser acompanhado da preposição a. O uso da preposição depende do significado que o verbo visar possui. Quando visar tem o sentido de ‘mirar’, ‘apontar (arma de fogo)’, ele é transitivo direto e, portanto, não é acompanhado da preposição a. Um exemplo: *O caçador visou o alvo*. Com o sentido de ‘dar/pôr o visto (em algum documento)’, o verbo visar igualmente dispensa o uso da preposição: *O atendente visou o passaporte do viajante*.

Na linguagem administrativa, geralmente o verbo visar significa ‘ter em vista’, ‘ter por objetivo’, ‘pretender’. Nesse caso, o uso da

preposição é opcional. Vejamos: *O presente Termo Aditivo visa à prorrogação do prazo do referido Convênio por 180 (cento e oitenta) dias* ou *O presente Termo Aditivo visa a prorrogação do prazo do referido Convênio por 180 (cento e oitenta) dias*. Note-se que a preposição só está presente no primeiro exemplo (representada por à que indica a junção – crase – da preposição a com o artigo feminino a).

Conforme observam CUNHA & CINTRA (2001:537), alguns gramáticos condenam a construção de frases como a do último exemplo, defendendo apenas o uso da forma ‘visar a’ quando esse verbo tiver o sentido de ‘ter por objetivo’. CUNHA & CINTRA acrescentam que a forma ‘visar’, sem preposição, é dominante na linguagem coloquial e tende a dominar também

na língua literária, principalmente quando o complemento do verbo é uma oração iniciada com verbo no infinitivo. Eis um exemplo de visar antes de oração reduzida de infinitivo: *O presente Termo Aditivo visa prorrogar o prazo do referido Convênio por 180 (cento e oitenta) dias*.

Referência: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

AO ENCONTRO DE vs. DE ENCONTRO A

As expressões ‘ao encontro de’ e ‘de encontro a’ também são frequentemente empregadas na linguagem administrativa.

Dizemos que ‘algo vai AO encontro DE alguma coisa’ para afirmar que duas coisas apresentam concordância entre si e se complementam. Ex.: *Os argumentos do aluno iam ao encontro das explicações dadas pelo professor* (= os argumentos do aluno coincidiam com as explicações do professor).

Dizemos que ‘algo vai DE encontro A algo’ para expressar uma relação de divergência/contrariedade entre duas coisas. Ex.: *Não surpreendentemente, a opinião do presidente do partido ia de encontro ao que propunha o partido de oposição* (= a opinião do presidente do partido era diferente da proposta do partido de oposição).

André Schneider, revisor de textos
andre.schneider@consun.ufrgs.br



Docência
Acúmulo
de funções
sobrecarrega
rotina de
professores, que
respondem por
um número cada
vez maior de
atividades

Cotidiano estrangulado

A agenda está toda rabisçada. O tempo, espremido. É difícil encontrar uma brecha no horário quando ele está dividido entre atividades não só ligadas à docência, mas também à pesquisa, à extensão e ao trabalho administrativo. Os dias transcorrem entre salas de aula, escritórios, reuniões, laboratórios, apresentação de relatórios, preenchimento de formulários, elaboração de artigos, prestação de contas, orientação de trabalhos, preparação de seminários. A lista dessas e de outras tantas tarefas compõe o ritmo de trabalho de muitos professores universitários que, conforme o perfil da instituição em que atuam, abraçam uma gama plural de funções e, portanto, respondem a um nível cada vez maior de exigência.

A pesquisadora Elizabeth Balbachevsky, do departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP), acredita que o que está por trás disso é o aumento da demanda pela prestação de contas acerca das atividades realizadas, embora no Brasil o ritmo de crescimento seja menor do que em outros países. Ela faz referência ao cumprimento das tarefas burocráticas, que muitas vezes são deixadas exclusivamente nas mãos de um pesquisador individual. “É o que eu acho que mais incomoda é a sensação de que, em muitos casos, essas atividades são vazias de significado e de qualquer consequência para o professor”, aponta.

Cabo de guerra acadêmico - O crescimento na complexidade e na burocratização dos procedimentos acadêmicos tem, conforme Elizabeth, criado uma situação de insegurança que atrapalha: “Isso mesmo quando se trata de projetos muito complexos, envolvendo grupos de pesquisa de diferentes regiões e recursos na casa das centenas de milhões”.

A disputa pelos fundos de apoio à pesquisa no Brasil também é um dos fatores dos quais decorre o aumento da competição entre os profissionais – cada vez mais qualificados – de todas as áreas do conhecimento, o que gera o crescimento das exigências por publicações. “Há hoje muito mais pesquisadores com doutorado do que no passado. Nesse ambiente, a pressão para o professor se diferenciar é maior”, demonstra Elizabeth.

Ela não vê como um problema, no entanto, o fato de que o perfil de publicação seja, nesse sentido, um indicador relativamente objetivo e de fácil acesso, que cria garantias de que os recursos possam ser empregados em grupos mais produtivos.

Mais pesquisa, menos ensino? - É internacio-

nalmente reconhecido que a atividade de pesquisa do professor tem impactos positivos para o ensino, uma vez que seu engajamento científico introduz dinâmicas interessantes de aprendizagem para seus alunos e lhes proporciona uma constante atualização. Da mesma forma, a sala de aula oferece oportunidades para o professor sistematizar reflexões e organizar argumentos. Entretanto, segundo a visão de Elizabeth, há situações-limite em que o ensino pode de fato atrapalhar a pesquisa (e vice-versa), “especialmente se estamos tratando de professores com uma carga didática muito alta ou pesquisadores trabalhando em projetos que exijam atenção ou dedicação intensiva”.

Membro da Comissão de Graduação da Faculdade de Medicina da UFRGS e componente do Internato de Medicina Intensiva, o professor e pesquisador Gilberto Friedman revela que, atualmente, vem dando mais importância à graduação. Mas isso não vale para todos. Em função do envolvimento com os trabalhos científicos, há docentes que acabam se dedicando mais às atividades ligadas à pesquisa. “Muito do perfil das pessoas que estão entrando nos últimos anos – e eu não posso dizer que fui muito diferente, porque eles pediam esse perfil e continuam pedindo – é o do pesquisador”, diz.

Entretanto, devem-se considerar os valores da instituição, que podem estar mais voltados à graduação – nesse caso, o ambiente interno acaba valorizando mais esse nível de ensino – ou à pesquisa. É daí que podem surgir situações conflituosas, principalmente se as inclinações pessoais do docente contrariam a tendência predominante na universidade. Elizabeth exemplifica com duas situações distintas: “Um professor tende a enfrentar mais dificuldades quando tenta fazer valer suas necessidades profissionais ligadas à pesquisa (num local mais orientado para o ensino), especialmente se ela exige um comprometimento maior de tempo e recursos do que a média de seus colegas, que, em geral, costumam perceber a pesquisa como uma atividade secundária. O mesmo, provavelmente, acontece com um professor excepcionalmente motivado para o ensino em uma universidade mais orientada à pesquisa”.

O professor Gilberto defende que a atenção voltada à pesquisa não implica, necessariamente, uma graduação deficiente, apesar de o tempo dedicado a ela ser – dependendo do caso – menor para quem tem o perfil de pesquisador. No entanto, a formação básica poderia ser ainda melhor se houvesse mais empenho. “A gente tem tanta coisa para coordenar além das ori-

entações, e aí os alunos se sentem, muitas vezes, como os últimos da fila. Mas isso não é verdade. O bom seria se o professor se dedicasse ao aluno e não cumprisse funções de burocrata”, comenta. Como alternativa a essa problemática, o docente propõe o incentivo ao regime de dedicação exclusiva, a fim de que o profissional possa centrar suas atividades na universidade. Entretanto, ele também salienta a importância que o trabalho externo em clínicas e hospitais tem para o bom desempenho na sala de aula. “Dependendo da área, a atuação fora ajuda no ensino, porque transferimos conhecimento para a graduação”, finaliza.

Advogado e professor de Direito de Família e Sucessões na Faculdade de Direito da UFRGS, Jamil Bannura, divide seu tempo entre o escritório, o foro e a faculdade. “Minhas aulas são pautadas pela realidade”, diz. Contratado sob o regime de 20 horas, ele argumenta que em determinadas áreas do Direito – como a Filosofia e a Teoria Jurídica –, a pesquisa pode ser suficiente para transmitir o conhecimento ao aluno; em outras, porém, a experiência do dia a dia e as noções práticas são necessárias para o exercício de docência.

Na Universidade, como explica Francisco Bragança, presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente da Universidade (CPPD), o contrato mais frequente é o de dedicação exclusiva de 40 horas-aula, que garante ao professor uma gratificação a mais e impede vínculos empregatícios fora da instituição de ensino, além de comprometê-lo com atividades de pesquisa e/ou extensão. Há também o regime de 20 horas-aula, pelo qual outros contratos são permitidos, e o de 40 horas-aula (que, sob algumas cláusulas, libera para determinadas atividades externas).

Ao estabelecer uma comparação entre a situação dos docentes do setor público brasileiro e a vivida em outros países, não se pode afirmar que a nossa conjuntura seja pior do que a que se vive lá fora. “Acho que o perfil desses professores é bastante próximo daquele que encontramos na maioria dos países europeus (os ingleses dão mais aulas e, em geral, trabalham mais – os alemães, menos)”, segundo Elizabeth. Ela explica ainda que o financiamento de nossas universidades públicas não é condicionado ao alcance de metas específicas – como ocorre em muitos países da Europa. “Então, essa pressão é muito menor aqui, mas é maior do que no passado, com certeza”, conclui.

Maria Elisa Lisboa, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabco

Conciliar tudo ficou difícil

Para Cleci Regina Bevilacqua, professora do departamento de Línguas Modernas da UFRGS, os prazos das práticas administrativas são reduzidos, o que atrapalha o seu planejamento geral. Contratada sob o regime de dedicação exclusiva, ela compõe o Conselho da Unidade do Instituto de Letras, organiza ações do Núcleo de Estudos e Tradução, coordena bolsistas e professores em projetos de pesquisa e monitora atividades de popularização da ciência. Além das aulas na graduação e na pós, Cleci ainda tem o compromisso com a publicação de artigos, capítulos de livros e a orientação de dissertações e teses. “Há um desequilíbrio, e a cobrança de produzir, cumprir o processo burocrático acaba tirando, muitas vezes, o foco do ensino”, afirma.

Luiz Antônio Bressani, vice-coordenador da pós-graduação do curso de Engenharia Civil da Universidade, argumenta que as obrigações burocráticas exigem tempo e dedicação dos professores, que acabam quase sempre estendendo esse tipo de trabalho a suas casas.

Assim como Cleci, o presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente da Universidade (CPPD) Francisco Bragança, chama a atenção para a necessidade do aumento do apoio administrativo aos professores que assumem funções desse tipo. Segundo ele, “deve-se valorizar o esforço dos funcionários da Universidade, mas os professores estão sobrecarregados”. Ambos defendem a abertura de novas vagas para técnicos e uma melhor distribuição dos encargos. “Isso aumentaria a produção científica”, argumenta Francisco.

Especial



Oceano em luto

TEXTO **ARIEL FAGUNDES**
E **DIEGO MANDARINO**

Desastre
Mais de 400 milhões de litros de petróleo vazaram no Golfo do México causando um prejuízo incalculável

No dia 20 abril, a plataforma petrolífera *Deepwater Horizon*, administrada pela empresa British Petroleum (BP), explodiu matando 11 funcionários e dando início ao que se tornou uma das maiores catástrofes ambientais da América do Norte. Segundo estimativa do governo norte-americano, de 35 a 60 mil barris de petróleo vazaram no Golfo do México por 85 dias. No último dia 15, a BP anunciou que conseguiu conter o vazamento, mas, na melhor das hipóteses, mais de 5 milhões de litros de óleo foram despejados no mar diariamente por quase três meses.

Como se não bastasse, a temporada de furacões começou na região e, segundo a agência federal norte-americana Administração Nacional Oceânica e Atmosférica – NOAA (sigla em inglês), ela será uma das mais ativas já registradas com a provável formação de 14 a 23 tempestades tropicais. As ondas e a ventania provocadas pelo furacão Alex comprometeram a coleta do óleo na superfície, impedindo o sobrevoo de aviões para espalhar dispersantes químicos e a instalação de barreiras para conter o óleo.

A culpa é de quem? – A *Deepwater Horizon* era propriedade de uma empresa chamada Transocean, mas estava arrendada à BP até 2013. Uma terceira companhia está envolvida, a Halliburton, responsável pela perfuração do poço. De acordo com Lucas de Oliveira, doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS, esse serviço sempre é terceirizado: “Há empresas muito especializadas, como a Halliburton, que só perfuram e não exploram o petróleo”. Na sua opinião,

isso não exime a companhia britânica, que é quem tem a concessão para explorar a área.

Uma averiguação interna está sendo realizada para apurar quais foram as causas do acidente, mas a BP ainda não apresentou os resultados oficiais. Sabatinado por congressistas norte-americanos, o executivo-chefe da empresa, Tony Hayward, se esquivou de qualquer afirmação conclusiva: “Entendo que as pessoas queiram uma resposta simples sobre por que isso ocorreu e quem é o responsável. A verdade, no entanto, é que este é um acidente complexo, causado por uma combinação de falhas sem precedentes”.

Talvez tenha sido um pouco mais simples. O professor da Engenharia Metalúrgica da UFRGS Telmo Strohaecker explica que na boca de todo poço é instalada a chamada “Árvore de Natal”, nome fantasia para as válvulas de segurança capazes de interromper o fluxo do material: “Elas conectam a saída do poço com os dutos para extração de óleo e gás, e seu fechamento pode ser acionado da plataforma para impedir qualquer vazamento”.

De acordo com uma comissão do Congresso dos EUA, o acidente estaria relacionado a graves irregularidades no projeto dessas válvulas. O congressista democrata Bart Stupak afirmou que esse equipamento possuía um vazamento e não teria força suficiente para cortar o fluxo de óleo antes que o acidente ocorresse. A comissão apontou ainda que as válvulas apresentaram modificações inesperadas, além de estarem com a bateria gasta.

O legislativo norte-americano afirmou que há indícios de que a colocação de cimento no poço (usado para impedir o escape de gases explosivos) da *Deepwater Horizon* não tenha sido realizada de maneira apropriada. A BP sustenta que a responsabilidade por esse serviço é da Halliburton, que, por sua vez, disse não ter havido problema algum no processo.

Em entrevista à rede de notícias BBC, o ex-funcionário da BP Tony Benton confirmou a acusação dos congressistas norte-americanos de que as válvulas de segurança estariam com vazamentos. Segundo ele, tanto a BP quanto a Transocean foram alertadas sobre o problema. Apesar de essas empresas não terem se posicionado a respeito das denúncias, o biólogo e diretor-técnico do Instituto Sea Shepherd Brasil, Wendell Estol, é categórico: “Foi um erro humano. Claro, a BP não fincou pé nessa posição, mas tudo indica que foi isso o que aconteceu”.

Impacto ambiental – A mancha negra, que continua se espalhando devido às correntes, já atingiu a costa de quatro estados norte-americanos: Louisiana, Mississippi, Alabama e o norte da Florida. Bolas de piche (petróleo degradado e solidificado) foram encontradas no estado do Texas, a mais de 600 km do local do vazamento. Equipes de voluntários e órgãos governamentais correm contra o tempo para tentar salvar um número crescente de animais que aparecem no litoral cobertos de óleo. Estima-se que 400 espécies já tenham sido afetadas. Agências ambientais dos EUA coletaram até o momento mais de 2.000 animais mortos e 1.000 feridos ou debilitados na região atingida pelo acidente. A maioria aves, mas um cachalote, que está em extinção, foi encontrado morto. Além disso, o Golfo do México é a única área de reprodução de uma espécie de tartaruga marinha cujo ciclo de vida se dá no Atlântico Norte.

O petróleo contém substâncias tóxicas e cancerígenas. Wendell Estol explica que as aves sofrem mais porque o óleo que adere às penas as impede de voar e manter a temperatura do corpo, além de causar queimaduras na pele e em todo trato respiratório e digestivo, anemia, úlceras e edema pulmonar. “Se ocorrer em período reprodutivo, pior ainda; toda reprodução é perdida”, afirma. No caso dos lobos e leões marinhos, o que mais acontece é a queima das vias respiratórias, porque eles apenas colocam o focinho para fora da água para respirar, justamente onde está o óleo, e acabam inalando os gases voláteis que sobem do petróleo.

Esses são os efeitos agudos da contaminação. O biólogo Marcio Martins, do Instituto de Biociências da UFRGS, explica que existem os efeitos subletais: “É quando o animal não morre, mas pode ficar envenenado, com câncer ou fisicamente debilitado, e na natureza um animal assim está em grande desvantagem”. Segundo Marcio, é muito difícil medir os efeitos da intoxicação, que tendem a afetar o ecossistema como um todo a longo prazo. Wendell Estol explica que quem está no topo da cadeia alimentar concentra as substâncias contaminantes, efeito chamado de “bioacumulação”. O que pode acabar afetando inclusive os seres humanos, que se alimentam dos peixes.

Especialistas afirmam que o número real de mortes em decorrência do vazamento provavelmente é maior do que apontam as estimativas, já que muitos animais contaminados podem ter afundado depois de mortos. Outro problema são as algas do gênero *Sargassum*, que aderem ao petróleo e atraem preda-

dores, como tartarugas e peixes, para a área afetada.

Estol explica que, no caso dos mamíferos marinhos, o efeito se dá mais na população como um todo do que nos indivíduos. Por exemplo, golfinhos e baleias fogem dos locais onde há petróleo. O problema disso é que onde eles se concentravam havia comida, era onde se reproduziam. Eles não sabem quando vão encontrar outro local nem se, quando o encontrarem, haverá animais usando aquele espaço. “Então, a pirâmide etária é achatada. Sem golfinhos velhos e jovens, sobram só os adultos, que são mais resistentes. Por conta do estresse, as defesas do seu

“Quando a prioridade passa a ser a produtividade em vez da segurança, se entra em uma faixa de risco”

Telmo Strohaecker

organismo caem, e aí aparecem diversas doenças oportunistas por vírus e bactérias.”

Perigo à vista – A chegada do petróleo à costa põe em risco reservas biológicas, e os estados preparam um plano de contenção. No Mississippi, áreas de mangue podem ser atingidas. Wendell explica que até hoje existe a dúvida, quando ocorre um derrame em área de manguezal, se é melhor limpar ou deixar como está: “Para limpar aquela rede de raízes, é preciso pisotear toda a camada de lama, que é onde vive uma enormidade de animais. Vale a pena botar 300 pessoas pisoteando aquilo para lavar com jato de água quente as raízes? Será que esse impacto não é maior que o próprio petróleo?”, questiona.

O biólogo Ignacio Moreno, também da UFRGS, explica que outra preocupação é com a possibilidade de o petróleo chegar à Península da Flórida, 500 km a leste do acidente, onde há formação de corais. Nesse caso, o impacto ambiental seria maior ainda e a limpeza, assim como no caso dos mangues, muito difícil. Ele compara com o acidente do petroleiro Exxon Valdez, ocorrido próximo à costa do Alasca em 1989: “Uma coisa é limpar pedras, como naquele

Empresa responsável gastou mais de US\$ 3 bilhões, mas o problema ainda não foi totalmente resolvido



NATIONAL WILDLIFE FEDERATION, DIVULGAÇÃO

Na era do pré-sal

A Petrobras anunciou em junho um plano de investimentos totais de R\$ 400 bilhões nos próximos quatro anos. Em tempos de otimismo com a descoberta de petróleo na camada pré-sal em águas brasileiras, o episódio do Golfo do México acende o alerta para o risco de algo semelhante acontecer por aqui. A Petrobras tem precedentes, como os rompimentos de oleodutos na Baía de Guanabara (RJ) e no Rio Iguaçu (PR), em 2000, quando 1 e 4 milhões de litros de óleo vazaram, respectivamente. O professor Ignacio Moreno, do Departamento de Zoologia da UFRGS, acredita que a empresa se preocupe mais com a segurança desde então: “Trabalhei na Bacia de Campos, onde a Petrobras analisa se a extração é nociva ao meio ambiente para gerar um plano de contenção no caso de algum problema”. Lucas Kerr de Oliveira também confia nos investimentos em segurança da empresa: “A Petrobras tem o maior laboratório fechado do mundo para simular condições extremas de alta profundidade”. Mas o pesquisador afirma que, mesmo assim, a empresa admite que não é o suficiente, já que um material aprovado em testes de laboratório pode ter um comportamento diferente no ambiente real do fundo do mar. Para Lucas, é importante que a Petrobras domine tecnologias cruciais para conter problemas de vazamento, como os submarinos não tripulados: “Depender de empresas estrangeiras é muito arriscado”, opina.

Biólogos reclamam que frequentemente as decisões de exploração de recursos passam por cima dos laudos ambientais. “Aqui no Brasil há investimentos que são feitos no escuro, com lobby”, afirma Ignacio Moreno. “Qualquer técnico que olhar o licenciamento da expansão dos molhes do porto de Rio Grande dá risada”, exemplifica Wendell Estol, “Vá saber se as normas serão seguidas na exploração do pré-sal. Tem áreas que estão ao lado do Arquipélago dos Abrolhos, santuário de aves e baleias jubartes, região importantíssima para o ecossistema marinho brasileiro”.

Moreno critica o discurso de que os biólogos querem barrar o desenvolvimento: “Só não queremos que um desastre como o do Golfo do México aconteça, porque aí o custo para todo mundo é maior”. “O risco ambiental tem que ser incorporado à ideia de custo”, opina Marcio Martins, “vamos tirar petróleo de um lugar difícil e a sociedade brasileira tem que cobrar do governo os cuidados para que tudo ocorra em segurança”.

so, mas onde há formações coralíneas isso pode acabar matando vários organismos”.

Com o impacto ao ambiente, as populações humanas acabam sendo prejudicadas também. Os estoques pesqueiros, contaminados, começam a diminuir. Praias sujas de óleo são fechadas. Os pescadores sofrem prejuízos, assim como o setor de turismo. A BP já pagou 150 milhões de dólares em compensações a pessoas afetadas. O biólogo Marcio Martins critica: “As consequências imediatas a empresa paga, mas alguns desses efeitos precisam de muito tempo pra ser resolvidos, e quem acaba pagando com isso são agências governamentais e do governo”.

Se já existe um impacto social nos EUA, que dirá o óleo chegar a um país totalmente dependente do turismo como Cuba, a 150 km da Flórida? Prevendo isso, foi para lá que Wendell Estol e Sebastian Diano, diretor da ONG Instituto Litoral Sul, embarcaram no dia 2 de julho com o objetivo de treinar 100 voluntários para a limpeza de animais atingidos por petróleo.

Resolver como? – Uma vez que o estrago está feito, a prioridade era estancar o vazamento. Depois que a solução óbvia de fechar as válvulas “manualmente”, com a ajuda de robôs, se mostrou inviável, a BP passou a utilizar métodos mais complexos.

“Tentaram largar uma espécie de sino sobre o poço para conter o vazamento. Só que o solo oceânico não é fofo, é rocha dura, então o equipamento só afundou e não entendeu no fundo”, comenta o professor do Instituto de Geociências da UFRGS Eduardo Barboza. “Tentaram entupir o duto injetando objetos, como bolas de golfe e pedaços de corda e tudo mais, mas não conseguiram porque a pressão do óleo que sai é muito alta”, avalia o professor Telmo Strohaecker. Algo parecido com uma escumadeira gigante foi testado para filtrar a água contaminada pelo óleo, mas também não funcionou, devido às condições climáticas adversas, atribuídas em parte ao furacão Alex.

O óleo só parou de jorrar quando uma tampa de contenção foi colocada sobre a boca do poço. Porém, a solução é temporária. Segundo a BP, o problema só será resolvido de fato quando dois poços forem fechados perto de onde ocorreu o acidente para que a pressão seja aliviada e o óleo consiga ser extraído por esses locais de forma controlada. “O problema é que vai demorar mais uns meses para conseguirmos fazer isso”, afirma Telmo. De acordo com estimativa da BP, eles ficarão prontos em agosto.

Em busca do ouro negro

Mesmo um leigo imagina que retirar petróleo do fundo oceânico, a milhares de metros de profundidade, não deve ser simples. Para instalar uma plataforma petrolífera em alto-mar são gastos bilhões de dólares, e os riscos envolvidos na atividade dependem do quão disposta está a empresa a cumprir com as exigências técnicas de segurança.

Eduardo Barboza, professor do Instituto de Geociências da UFRGS, explica que as dificuldades começam no processo de formação do petróleo: “Trata-se da deposição de matéria orgânica há milhões de anos. No caso de bacias costeiras, foi zooplâncton que morreu, caiu em depressões e foi se acumulando. Durante a deposição, precisa haver condições para que o material não seja degradado e para que, com o tempo, outros sedimentos possam se depositar em cima. Por pressão e temperatura, a matéria orgânica ‘cozinha’ até que se transforme em hidrocarboneto, que pode ser óleo ou gás”.

Ele segue: “É preciso uma rocha

geradora que acolha a matéria orgânica para depois expelir o óleo ou gás para outra rocha que seja porosa, chamada de reservatório – que não é uma caverna, uma vez que o óleo fica nos poros dela, tipo uma esponja. Acima desse reservatório, é necessária uma terceira rocha que seja impermeável para selar o petróleo, senão ele passaria pelos poros e chegaria ao fundo oceânico”.

O primeiro passo para explorar um poço desses é descobrir por métodos geofísicos qual rocha é um reservatório. Feito isso, uma broca desce e faz um furo na pedra, que é revestido por um cano. Por alívio de pressão, o óleo migra dos poros e sobe naturalmente pelo duto até a plataforma. Segundo Eduardo, não há risco algum durante esse processo, “desde que esteja tudo bem conectado”. Telmo Strohaecker, da Engenharia Metalúrgica da UFRGS, é mais reticente: “Qualquer atividade fabril tem riscos, vai depender da qualidade do projeto e do treinamento e da conscientização dos funcionários. Existem companhias

de alta segurança e outras de alto risco. Quando a prioridade passa a ser a produtividade em vez da segurança, se entra em uma faixa de risco”.

Foi o que aconteceu no Golfo do México, segundo o doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS Lucas de Oliveira: “Encontraram um tipo de rocha que não era o que esperavam, então tiveram que ir mais devagar. Só que estamos falando de um navio [que leva a broca] cujo aluguel é de US\$ 500 mil por dia. Funcionários comentam que a BP exigiu que a perfuração se fizesse num ritmo impróprio devido ao tipo de rocha que estava ali. Foi uma medida para reduzir custos”.

Desnecessário frisar que o barato saiu muito caro. No dia 14 de julho, a BP divulgou que os custos relativos ao acidente já ultrapassaram US\$ 3,5 bilhões. Além do grande esforço para recolher uma pequena parte do óleo que vazou, a empresa está sendo obrigada a pagar indenizações a famílias e negócios afetados pelo desastre.

Modelo de dependência

O petróleo representa 40% da matriz energética mundial total. É hoje a principal fonte de energia para o setor de transporte (80%) e está em praticamente todo o lugar. É matéria-prima para plásticos, presentes em grande parte dos produtos que usamos em nosso cotidiano. O doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS Lucas Kerr de Oliveira ilustra a dimensão dessa dependência: “Hoje existem de 6 a 7 mil produtos, mas é impossível imaginar a quantidade de subprodutos; talvez sejam milhões, considerando plásticos, borrachas e tecidos sintéticos, substâncias utilizadas em indústrias, desde a química pesada até a farmacêutica”.

Quem domina a exploração de um recurso do qual quase toda a humanidade depende em função de seu modo de vida concentra um grande poder. A espécie de “corrida do ouro” que se desencadeia, além de aumentar o risco de desastres como o ocorrido no Golfo do México, já levou a várias guerras e continua sendo motivo de conflitos. Lucas Kerr analisa: “É um problema estratégico de segurança global, porque todas as grandes potências dependem de petróleo importado. A Rússia, que não precisa importar, precisa controlar regiões da ex-União Soviética para continuar exportando para a Europa. Uma guerra na Geórgia pode estar associada ao interesse russo em manter o controle sobre aquela região e ao interesse dos EUA e de parte dos países europeus em diminuir a capacidade russa”.

Outra questão é que o petróleo é um recurso esgotável. Países emergentes querem explorá-lo para crescer economi-

camente, e o primeiro mundo quer manter seu padrão de consumo. Com a tendência do encarecimento do recurso devido ao incremento da demanda, o risco de conflitos aumenta. Nesse contexto, diversificar as fontes de energia se torna importante não só por razões ambientais, mas também de segurança.

Segundo Lucas Kerr, por enquanto, nem todas as alternativas conhecidas são viáveis. O carro elétrico tem a restrição de que precisa de baterias de lítio, que também poluem. As placas solares ainda não têm tecnologia para serem empregadas em larga escala. O biólogo Ignacio Moreno critica a biomassa: “Em termos ecológicos, pode ser até pior; o biocombustível é obtido a partir da soja, cujo cultivo usa muita água e agrotóxicos”. Uma alternativa óbvia é baratear o transporte coletivo e adotar o uso de trens e bondes elétricos para diminuir a rotação dos carros particulares.

Especialistas explicam que sempre há impacto; a questão é investir em tecnologias que permitam que as atividades humanas consumam menos energia, viabilizem o uso de recursos que impactem menos o ambiente e diversifiquem as fontes de obtenção. “A energia solar é cara hoje, mas o petróleo só se tornou viável porque se desenvolveu tecnologia durante muitos anos para a sua exploração”, pondera o biólogo Marcio Martins. Lucas Kerr concorda: “Investir pesado em todas essas alternativas é determinante – pesado mesmo, bilhões em cada projeto! Quantas décadas vai levar até desenvolvermos essas tecnologias? É por isso que temos de começar agora”.



DIVULGAÇÃO

Vazamento já matou milhares de aves que frequentam a região do Golfo do México

SOS Congo

por Denis Mukwege

Humanidade
Ginecologista fala a estudantes sobre seu trabalho com 30 mil mulheres vítimas de violência sexual num país em guerra

Jacira Cabral da Silveira

A UFRGS recebeu em 29 de junho o ginecologista congolês Denis Mukwege para falar especialmente aos estudantes sobre o Compromisso Social da Medicina. Na véspera, ele havia participado do Fronteiras do Pensamento Braskem. Fundador e diretor do Hospital de Panzi, em Dukavu, na República Democrática do Congo, Mukwege especializou-se no tratamento de mulheres violentadas por milícias da guerra civil de seu país. Nos últimos 10 anos, ele e sua equipe multidisciplinar atenderam cerca de 30 mil mulheres, um terço das quais gravemente mutiladas.

“Todos os médicos e profissionais de saúde têm um trabalho que vai além da intervenção cirúrgica ou do diagnóstico, vai além do orgânico. É por isso que pensei em contar minha experiência pessoal com o tratamento das vítimas de violência sexual.” Foi como Mukwege, indicado em 2009 ao Prêmio Nobel da Paz, começou sua breve apresentação no Salão de Atos e depois respondeu às perguntas da assistência, das quais transcrevemos alguns trechos na sequência.

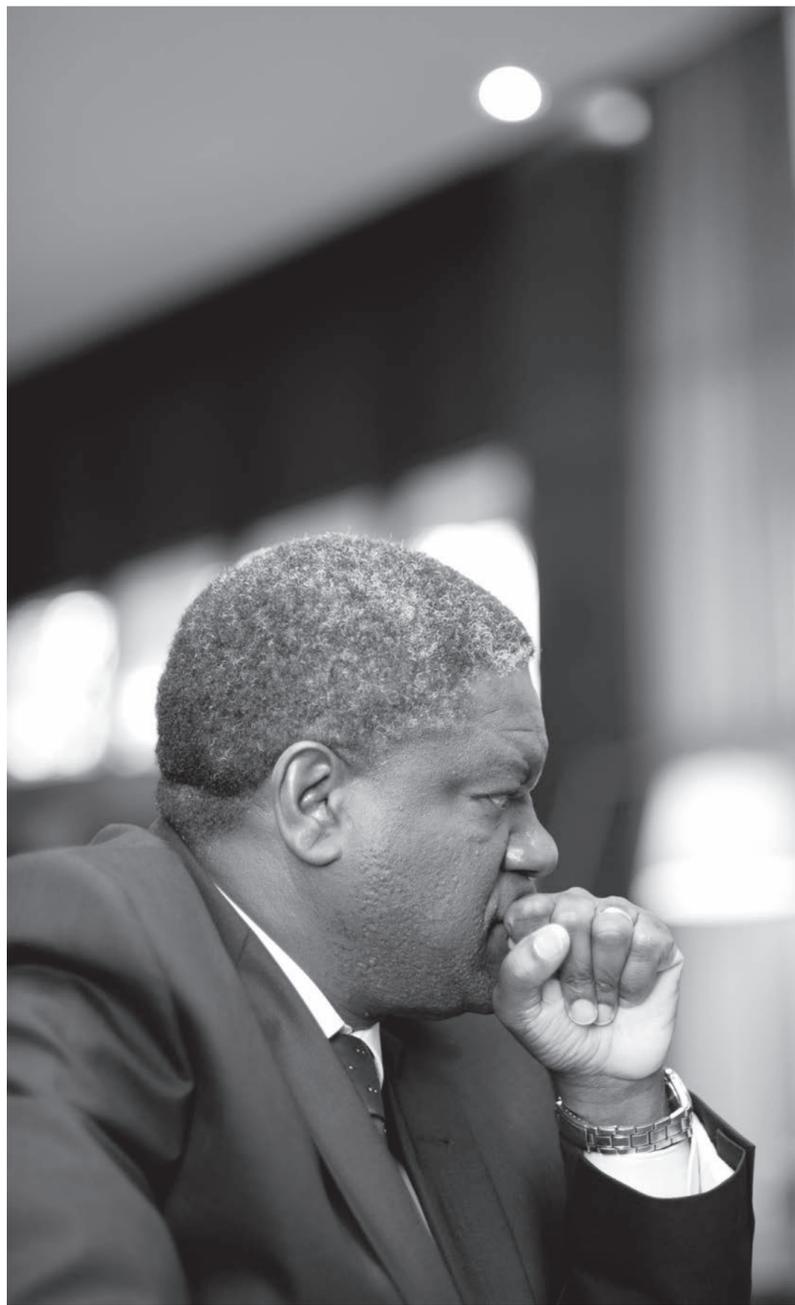
O que as universidades brasileiras, como a UFRGS, podem fazer para auxiliar seu país no enfrentamento desse quadro de violência contra a mulher congoleza?

Mukwege – Realizar pesquisas em colaboração para podermos compreender esse fenômeno, antes de buscarmos oferecer uma resposta. Precisamos, sobretudo, de estudos antropológicos e sociais para tentarmos determinar por que o homem se comporta dessa maneira, e quais as razões que provocam tais desvios. Esse tipo de comportamento não ocorre exclusivamente na África, acontece também na América Latina e na Europa. A universidade pode tentar contribuir, buscando as causas e consequências desse comportamento, e assim colaborar para a luta contra essa violência desde suas raízes. Temos hoje no Congo vários projetos com os quais a UFRGS pode colaborar, em especial em relação àqueles tratamentos que ainda não são muito desenvolvidos na África, como na área da Neurologia, em que pode haver uma importante contribuição por parte das universidades estrangeiras.

O seu trabalho é reconhecido mundialmente e o senhor poderia ter escolhido qualquer universidade para dar aula, um lugar em que poderia viver com mais segurança com sua família. Por que permanece no Congo e como enfrenta o desafio de manter uma equipe nessa situação de violência?

Mukwege – A melhor resposta está nos doentes, são eles que me mantêm no lugar onde estou. Já chegaram a mim mulheres completamente destruídas, e me indaguei sobre o que lhes poderia oferecer. Fiz uma colostomia (abertura no cólon para criar um ânus artificial) em uma menina de seis anos que não tinha mais vagina nem reto. Quais são as consequências traumáticas que isso pode ter? São crianças que nunca tiveram infância e, possivelmente, nunca venham a ter feminilidade. Mas quando você vê nessas mulheres e meninas a vontade de se reinserir na sociedade, de lutar pela vida... Conheço uma mulher que já não tem vagina e faz pouco tempo terminou sua formação médica. Ela quer aprender cirurgia para ajudar outras pessoas que tenham passado pela mesma violação. A vontade que tenho é de lutar ao lado dessas mulheres. A Medicina não deve ser vista como algo mecânico, mas deve ter o ser humano como centro.

Como podemos cooperar para que o crescimento tecnológico não se distancie tanto dos valores éticos e morais?



“Esses mandatos hiperpacifistas não servem de nada para as populações atingidas”

Mukwege – Essa é uma questão muito complexa. Creio que o volume de recursos mundiais é suficiente para resolver os problemas de saúde com equidade, mas a pouca vontade política por parte dos dirigentes, no sentido da diminuição das diferenças entre ricos e pobres, pode se tornar fatal. Um colega dos Estados Unidos comentou que o valor de uma cirurgia em seu país poderia sustentar um hospital de 450 leitos na África durante um mês. No plano ético, agimos como se aceitássemos que uma parte da população possa ser excluída não só do sistema de saúde, mas também do estatuto de humanidade. Isso coloca várias questões no plano ético. Estive na Alemanha, e um médico conhecido me falou que não aconselharia mais seus colegas a irem à África porque, quando voltavam, não encontravam mais trabalho. Quando perguntei por que, ele respondeu que a medicina da África é muito diferente da alemã. Será que isso não é um problema ético?

Qual o papel da ONU no auxílio às vítimas de violência sexual no Congo?

Mukwege – A presença da ONU é uma presença mitigada. Ela está em nosso país há 10 anos e nunca foi mantido um contingente maior do que o atual, de 16 mil homens. Nesta década, as atrocidades mataram 5 milhões de pessoas, e há hoje 2 milhões sem abrigo. Apesar de ser uma missão muito cara – também para os brasileiros, porque eles estão presentes no Congo –, não teve grandes resultados práticos. Os agentes da ONU dizem que não têm um mandato que lhes permita fazer aquilo que estamos pedindo que façam. Mas um mandato que permita que se observe alguém matando ou estuprando outra pessoa, para depois fazer um

relatório, não serve de muita coisa para aqueles que de fato estão sofrendo. Eu creio que esses mandatos hiperpacifistas não servem de nada para as populações atingidas.

Qual o papel do Estado e das agências humanitárias internacionais?

Mukwege – Normalmente o Estado tem o objetivo de proteger a população, mas, quando ele não consegue cumprir essa missão, deveria ser demitido. Não deveríamos deixar que um Estado que não é capaz de cuidar da sua população continue no poder simplesmente sob o pretexto de soberania nacional. Pode-se falar de soberania nacional quando há uma ditadura? Mas aí, quando se necessita de recursos econômicos, fala-se de globalização. São dois processos enganadores, porque, quando você precisa de recursos de um país, você fala em mercado aberto, em livre mercado, em abrir o país. Mas quando a população está sofrendo, não se faz nada. Eu acho que isso não é honesto. Há dois anos, quando a crise social sacudiu o mundo, todos trabalharam juntos: no entanto, quando uma parte da humanidade está quase desaparecendo, ninguém faz nada. Por isso eu sou a favor do direito de ingerência. Quando um Estado não é capaz de proteger seus cidadãos, ele deve responder por isso. Deve haver o direito de ingerência, muito mais do que o de soberania. Acho indecente o fato de que as agências internacionais se escondam atrás de palavras como neutralidade e independência. É muito bonito dizer isso, mas a questão que se coloca é “por que cuidar clinicamente de alguém hoje, se você sabe que amanhã essa pessoa será morta?”. Algumas agências humanitárias têm esse papel, são mais ativas, mas acho que esse

Relato impactante

Ao término da palestra do médico congolês Denis Mukwege, perguntamos a algumas pessoas da assistência, que quase lotou o Salão de Atos da Universidade: “Qual o impacto que a palestra de Denis provocou em você?”.

“Tenho interesse em realizar o trabalho social quando me formar em Medicina, por isso vim assistir à palestra. O olhar que ele tem da Medicina é de uma prática centrada no homem e não só em sua condição de doente, mas também no aspecto psicológico. Nós devemos acreditar sempre nas pessoas e nos problemas que elas dizem ter, e não vê-las como doenças, mas como quem precisa de ajuda.”

Luciana Gonçalves, estudante de curso pré-vestibular, candidata à Medicina

“No meu caso, a presença dele e tudo o que ele trouxe são fundamentais. Acho que ele traz coisas muito importantes e que hoje têm se perdido um pouco na Medicina. A gente vê isso no discurso de formatura, mas muitas vezes, durante o atendimento às pessoas nos ambulatórios, no hospital, na internação, o que se vê é o pouco comprometimento das equipes médicas em tentar ajudar essa pessoa como um todo. Isso dá muito mais trabalho, gasta mais tempo, e o tempo hoje é muito escasso. Participo, na Universidade, de um grupo com médicos de família, no qual falamos da importância de entrarmos no homem, e não em sua doença, assim como falou o doutor Denis em sua palestra.”

Evelin, estudante do 6.º semestre do curso de Medicina da UFRGS

“Ele traz uma realidade que parece muito distante, mas, como Caetano já falou, o Haiti é aqui. Isso está acontecendo também aqui, é só a gente ir às vilas para ver que estupro são cometidos à luz do dia e que as mulheres sofrem muito. Nesses casos, é preciso uma equipe multidisciplinar que realmente saiba de sua responsabilidade social. Sobre esse ponto, o palestrante foi superclaro, pena que teve pouco tempo para nos mostrar como é que esse trabalho multidisciplinar é feito no dia a dia, mas acho que o impacto é vestir a camisa e se responsabilizar.”

Gilberto, aluno especial do mestrado de Psicologia Social

“É importante que pessoas como esse médico do Congo venham falar com os estudantes para que eles possam ter um olhar mais humanitário no exercício de suas profissões e possam estar voltados também àquela população que é excluída. O que o palestrante falou sobre o que está fazendo em seu país serve para refletirmos sobre as ações que temos em nossas profissões.”

Nô, integrante da organização Maria Mulher

deveria ser um comportamento mais geral. Afinal de contas, qual o sentido de existir uma agência encarregada de salvar vidas se ela se omite e diz ser neutra com relação a uma parte importante desse trabalho de salvamento?

Durante a palestra, foi dirigido à mesa o depoimento de uma mulher da assistência que sofreu violência sexual e foi vítima de discriminação, especialmente por parte dos profissionais de saúde.

Mukwege – As pessoas que afirmam que os profissionais de saúde não estão preparados com relação às vítimas de estupro não estão erradas. Muitas vezes, mulheres que têm comportamento suicida depois do estupro apresentam essa reação porque tiveram uma recepção inadequada por parte dos médicos e enfermeiros. Esses profissionais fazem perguntas como: por que você estava passeando naquele local?, por que estava vestida assim? Por isso, é preciso prestar atenção a esse problema, pois um tratamento errado por parte dos profissionais da saúde é um golpe tão duro à vítima quanto o próprio estupro.

Que conselho daria aos novos profissionais?

Mukwege – A principal contribuição que os médicos podem dar é um tratamento holístico, um tratamento que leve em consideração o aspecto humano do paciente. O primeiro conselho que eu daria é que mantivessem o olhar aberto para o mundo, porque o mundo se tornou muito pequeno e precisamos ampliar nossa visão em escala planetária. O segundo conselho é que não percam de vista o homem em favor da doença.



FLÁVIO DUTRA/JU

Conduta médica reavaliada

Medicina

Em vigor desde abril, Novo Código de Ética tende a humanizar as práticas da saúde

“Doutor, quanto tempo de vida eu ainda tenho?” Responder a uma pergunta como esta e tratar pacientes terminais exige – cada vez mais – que a conduta médica esteja respaldada em documentos legais, capazes de orientar o agir adequado à prática da medicina. Os avanços científicos e tecnológicos, sobretudo nas questões de início e fim de vida, trazem para a pauta do dia discussões, como reprodução assistida, terapia gênica, cuidados paliativos e relação médico-paciente, que modificam o cotidiano dos profissionais da área. Fruto dessa necessidade de atualizações foi a aprovação, em abril, do Novo Código de Ética Médica Brasileiro, que passa a normatizar o trabalho de cerca de 350 mil médicos em todo o país.

“Isso aqui é um documento moral e legal. É moral porque surge da discussão interna do próprio grupo, e legal porque está apoiado na lei da profissão médica”, explica José Roberto Goldim, professor colaborador da Faculdade de Medicina da UFRGS e responsável pelas disciplinas de Bioética em diferentes programas de pós-graduação da área médica. Para ele, o regulamento traz um avanço, principalmente por enfatizar a questão da responsabilidade pessoal do ato médico, abordada já no primeiro artigo do documento. Composto por 118 artigos, o novo código de conduta é resultado de dois anos de trabalho, durante os quais se reuniram em Brasília todos os conselhos regionais de medicina do país. Segundo o presidente do Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul (Cremers), Fernando Weber Matos, a mudança na resolução anterior, datada de 88, era vista como necessária, devido às alterações tecnológicas, sociais, políticas e econômicas ocorridas na década de 90 que estabeleceram novos desafios para a prática médica.

Fim da vida no Código – “O médico deve respeitar o curso adequado de vida do paciente, deve fazer aquilo que tecnicamente é defensável fazer”, afirma Goldim, ao explicar a novidade do código que estabelece limites para ações diagnósticas ou terapêuticas obstinadas (em alguns casos, avaliadas como fúteis) em situações de doenças terminais. Esse estágio de enfermidade – inferido a partir de uma análise médica completa – ameaça constantemente a vida do paciente,

cujo desfecho breve será a morte. Embora sutil, a diferenciação é importante: a eutanásia antecipa o óbito, e a futilidade acarreta indevidamente o sofrimento de um paciente que está morrendo, mantendo-o (nessas circunstâncias) preso a equipamentos sem nenhuma possibilidade de cura.

Considerando dados estatísticos de pacientes em condições semelhantes, é possível estabelecer uma média de tempo de vida, apesar de esse índice nem sempre poder ser aplicado a um indivíduo particular. “Médico não é Deus e não sabe o dia em que o paciente vai morrer”, diz a geriatra Luciana Vilela Pricoli. Ela não acredita que o documento abra precedente à eutanásia, pois essa prática continua sendo proibida. O que considera um avanço é o incentivo aos cuidados paliativos – ações que visam ao bem-estar físico, moral e psicológico de pacientes terminais. “Nesse sentido, o código traz muitos benefícios porque está protegendo o paciente de ser maltratado. Na maior parte das vezes, as pessoas insistiam demasiadamente em cuidar dos pacientes que já eram terminais”, esclarece. Raciocínio semelhante faz Goldim ao sugerir que o regulamento dá respaldo aos profissionais das UTIs e impede o avanço para eutanásia.

Ao constatar o aumento de gastos com tratamentos invasivos e dolorosos de pacientes que não teriam vantagens em recebê-los, decidiu-se estimular os cuidados paliativos, conforme afirma o presidente do Cremers. Como decorrência disso, prevê-se uma diminuição de custos, uma vez que serão reduzidos os processos de hospitalização, e se investe na qualidade da fase final da vida do paciente. “Para isso, deve haver incremento nos programas de saúde da família, com equipes clínicas capazes de realizar o atendimento em casa. Esse serviço, conhecido como *homecare*, está se fortalecendo e faz com que os cuidados paliativos entrem na questão da ética médica com força”, conclui. A formação do médico nessa área é, portanto, fundamental. “Cada vez mais nós vamos estar diante de pessoas que necessitam e vão depender de cuidados paliativos por causa do envelhecimento da população”, avalia a geriatra.

Relação médico-paciente – A partir das diretrizes do código de conduta, a voz do paciente passa a se fazer mais presente nas decisões terapêuticas, o que favorece a prática dos cuidados paliativos, nos quais a capacidade de diálogo entre médicos, pacientes e familiares tende a humanizar os procedimentos adotados. Na visão de Goldim, a relação médica é sempre personalizada e não pode ser tratada como um pacote generalizado. “O consentimento tem que justamente demonstrar a boa fé do médico em compartilhar as informações. É um avanço notável.” Isso não quer dizer que o profissional possa delegar ao paciente decisões técnicas que lhe cabem. Entretanto, dentro

das possibilidades e das alternativas com que se pode lidar tecnicamente, ele se compromete a compartilhar a informação com seu paciente.

Fernando Weber Matos aponta que, em relação ao código de 88, o atual documento enfatiza a autonomia e o direito constitucional do cidadão no sentido de poder, junto ao médico, fazer a sua escolha. No que diz respeito às questões de terminalidade de vida, por exemplo, a geriatra Luciana Pricoli afirma que muitos profissionais têm dificuldade de lidar com a morte e que, sobre isso, o código estimula uma relação médico-paciente saudável, sem deixar o profissional numa posição superior a do paciente. “Todos nós, médicos, devemos estar habituados a conversar frequentemente com os pacientes sobre a morte. A gente tinha um conceito um pouco paternalista do médico. Hoje a tendência, inclusive pelo grau de disseminação de informação, nos leva a contar com a opinião do paciente – especialmente quando ele tem condições de decidir.”

Reprodução assistida – “A ideia é não tornar a fecundação *in vitro* uma escolha de supermercado que estimule as pessoas a fazer filho sob encomenda”, comenta a geriatra, em referência aos artigos 15 e 16 do Novo Código. O texto visa balizar as práticas de procriação medicamente assistida, nas quais a fertilização não deve conduzir sistematicamente à criação de seres humanos geneticamente modificados, nem para suprir fins de investigação, nem para a escolha de sexo. De acordo com Goldim, essas são questões sem legislação no país. O único documento que demarca algumas delas é uma resolução do Conselho Nacional de Medicina de 1992 que o professor da UFRGS diz estar desatualizada. Nesse sentido, o código traz uma garantia para a comunidade médica de que esses procedimentos vão ser feitos de uma forma adequada.

Tanto nas decisões que se referem ao início da vida quanto no processo do seu término, o Novo Código de Ética Médica estimula o compartilhamento de informações entre médicos e pacientes, uma vez que deixa clara qual deve ser a postura do profissional: atuar focado na saúde de quem recebe o tratamento. O médico deve estar isento de outros tipos de interesse que possam comprometer o seu exercício. A mercantilização da medicina está, portanto, proibida, assim como a interferência política, econômica ou religiosa na prestação do serviço médico. “Isso é fundamental no contexto que estamos vivendo. Estabelecer uma política clara para os conflitos de interesses é algo importante. A universidade precisa ter esse tipo de política”, conclui Goldim.

Maria Elisa Lisboa, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico

O que diz o Novo Código

RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

É vedado ao médico:
Art. 15. Descumprir legislação específica nos casos de transplantes de órgãos ou de tecidos, esterilização, fecundação artificial, abortamento, manipulação ou terapia gênica.

§ 1.º No caso de procriação medicamente assistida, a fertilização não deve conduzir sistematicamente à ocorrência de embriões supranumerários.

§ 2.º O médico não deve realizar a procriação medicamente assistida com nenhum dos seguintes objetivos:

I – criar seres humanos geneticamente modificados;

II – criar embriões para investigação;

III – criar embriões com finalidades de escolha de sexo, eugenia ou para originar híbridos ou quimeras.

RELAÇÃO COM PACIENTES E FAMILIARES

É vedado ao médico:
Art. 41. Abreviar a vida do paciente, ainda que a pedido deste ou de seu representante legal.

Parágrafo único. Nos casos de doença incurável e terminal, deve o médico oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis sem empreender ações diagnósticas ou terapêuticas inúteis ou obstinadas, levando sempre em consideração a vontade expressa do paciente ou, na sua impossibilidade, a de seu representante legal.

DIREITOS HUMANOS

É vedado ao médico:
Art. 22. Deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte.



“Invento histórias para exprimir preocupações”



FLÁVIO DUTRA/JU

Saramago

Escritor e pensador da condição humana elevou a língua portuguesa ao Nobel de Literatura

Jacira Cabral da Silveira

Em 18 de junho, o escritor português José de Sousa Saramago faleceu em sua casa na ilha Canária de Lanzarote, aos 87 anos de idade. Desde 1993, ele e a esposa Maria del Pilar del Rio Sánchez, jornalista sevilhana – a quem o escritor definia como seu definitivo amor –, viviam no município de Tias, em A Casa, primeira propriedade de Saramago, militante comunista desde a mocidade. O prefeito da localidade decretou três dias de luto pela morte do Prêmio Nobel de Literatura (1998), o único conferido a um autor de língua portuguesa.

Depois de cremado em Lisboa, parte das cinzas do escritor foram colocadas junto às oliveiras do jardim da casa, que ele quis ter por perto por terem sido árvores de sua infância em Azinhaga, região portuguesa de Ribatejo onde nasceu, filho de pais camponeses, e onde viveu até os dois anos, quando se mudaram para a capital. Pintada de branco e com dois pavimentos, a casa de Saramago traz à entrada uma placa onde se lê A Casa. “Resolvemos batizá-la assim, pela minha necessidade de espetar uma pequena bandeira portuguesa”, explicou o escritor a um jornal espanhol.

Pilar, que o ajudava nas traduções, e Saramago tinham cada um o seu escritório. O dele ficava no andar superior, com vista para o mar e repleto de seus livros, que foram publicados em cerca de 30 países. “Não escrevo mais que duas páginas por dia. Ao fim da segunda, paro, mesmo que pudesse continuar. Parece pouco, mas duas páginas por dia, todos os dias, ao final do ano são quase oitocentas”, comentou numa entrevista a jornalistas brasileiros.

Foi ali na ilha vulcânica de terra preta da pátria adotada que escreveu suas obras mais recentes, do *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), adaptado para o cinema por Fernando Meirelles em 2008, a *Caim*, seu último livro, publicado em 2009, no qual fez uma releitura da história bíblica e voltou a ter problemas com a Igreja. A primeira briga ocorreu em 1991, quando escreveu *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*. Não bastasse ter recebido críticas da Igreja pela obra “maldita”, o governo português retirou o seu nome da lista de candidatos ao Prêmio Literário Europeu, motivo que o levou a retirar-se para Lanzarote – “eu tenho sorte de ter uma espécie de país aumentado”.

Autor de livros de poesia, crônica, ensaio, teatro, conto e romance, o Nobel lançou em abril de 2008 o blog O Caderno de Saramago, onde escreveu até concluir *Caim* e anunciar que estava trabalhando em uma nova obra. “Comecei outro livro e quero dedicar a ele todo meu tempo, Já se verá por que, se

tudo for bem”, registrou em seu post. Segundo ele, esse livro trataria sobre a indústria armamentista.

Em *Democracia e Universidade*, último ensaio publicado em junho, Saramago escreveu: “...não se trata apenas de instruir e sim educar e repercutir na sociedade. Aprendizagem da cidadania, isso é o que acredito sinceramente que falta. Porque a democracia está doente, gravemente doente”.

Grande pesar – Para a professora de Literatura Portuguesa e diretora do Instituto de Letras da UFRGS, Jane Tutikian, determinadas pessoas não deveriam morrer, e Saramago é uma delas. “Perde-se o grande escritor que, juntamente com Fernando Pessoa, abriu e fechou a literatura portuguesa do século XX com sua genialidade”, explica. Também escritora, ela avalia que o pesar pela morte do autor justifica-se pelo fato de ele ter sido também um grande pensador, “um escritor fortemente preocupado com o homem e com a condição humana”.

Segundo a especialista em literatura portuguesa, a dureza de Saramago resultava da sua concepção de homem como ser humano e sua circunstância. Em seu discurso a amigos, logo após receber o Nobel, isso fica evidente: “As injustiças multiplicam-se, as desigualdades agravam-se, a ignorância cresce, a miséria alastra. A mesma esquizofrênica humanidade capaz de enviar instrumentos a um planeta para estudar a composição das rochas assiste in-

diferente à morte de milhões de pessoas pela fome. Chega-se mais facilmente à Marte do que ao nosso próprio semelhante”. Sobre essa consciência, Saramago manifestou-se quando recebeu o título de Professor Honoris Causa da UFRGS, em 1997: “Não é preciso que nós nos amemos uns aos outros, o que precisamos é respeitarmos uns aos outros”, recorda a diretora do Instituto de Letras.

Primeira obra – Em 1947, Saramago escreveu sua primeira obra *Terra do Pecado*, uma obra surrealista e bastante seca. Ao perceber que seu livro não representaria nada para a literatura portuguesa, decide dedicar-se exclusivamente à leitura nos anos seguintes. À época, trabalhava numa oficina mecânica e, à noite, ia ler nas bibliotecas públicas. Sem formação universitária, estudou até o segundo ano do ensino médio, tendo seguido seus estudos numa escola industrial, onde cursou serralheria e mecânica. Foi durante esse curso, numa disciplina de Literatura, que diz ter se encontrado com o mundo da literatura.

Anos depois, demitido do cargo de diretor-adjunto do Diário de Notícias, Saramago decide não procurar outro emprego e volta para sua aldeia Azinhaga, em Golegã. Lá começou a trabalhar em seu segundo livro, *Levantado do chão*. Quando chegou à página 21, passou a escrever desenfreadamente: “Saramago descobria Saramago nesse momento”, comenta a professora de literatura portuguesa. O que representa ter renovado o romance português e recriado o romance histórico, “não aquele do século XIX, mas um romance histórico que entra na contramão da história, que é uma revisão crítica da própria história”.

Outro traço da literatura de Saramago é a presença de um narrador irreverente que entra na narrativa e opina sem inibição, transformando-se no narrador canalha – como é classificado na literatura –, aquele em quem não se pode confiar, “que não é digno de confiança”. Em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, ele transcreve o diálogo entre Lídia e Ricardo Reis, que conversam sobre seu filho. Lá pelas tantas do texto, o narrador faz uma ressalva: “Mas esse diálogo jamais vai existir”. E, assim, o leitor embarca num jogo sedutor provocado pelo processo de criação de Saramago.

Com *Evangelho Segundo Jesus Cristo* encerra-se a fase de revisão histórica, pois, após receber o Prêmio Nobel de Literatura, entra na chamada fase filosófica ou alegórica. Ainda que fosse um escritor consciente e comprometido com o ser humano, o prêmio impactou fortemente sua obra, acentuando ainda mais seu compromisso de escritor para com a humanidade: “Seus livros passam a mostrar o que o homem está fazendo consigo próprio”.

O próprio Saramago define-se: “Não escrevo livros para contar histórias, só. No fundo, provavelmente eu não seja um romancista. Sou um ensaísta, sou alguém que escreve ensaios com personagens. Creio que é assim: cada romance meu é o lugar de uma reflexão sobre determinado aspecto da vida que me preocupa. Invento histórias para exprimir preocupações, interrogações...”.

Para começar a ler Saramago

O Ano da Morte de Ricardo Reis

– Heterônimo de Fernando Pessoa, o poeta e médico Ricardo Reis protagoniza esta obra de Saramago. Em 1936, depois de ter vivido no Brasil, ele volta a Portugal e testemunha o desenrolar de um ano trágico, numa Lisboa que vive sob os efeitos do golpe salazarista. O fascismo instala-se na sociedade e não deixa prever um futuro auspicioso nem para Portugal, nem para a vizinha Espanha, nem para o resto da Europa. Além disso, o seu amigo Fernando Pessoa morrera no ano anterior, e o poeta solitário experimenta a desilusão e o encontro com a morte.

Memorial do Convento

– São duas histórias paralelas: uma que remonta a história de Portugal com a construção do Convento de Mafra por Dom João V e uma outra que traz a história de amor entre Baltazar e Blimunda, envolvidos na construção da máquina de voar, projetada pelo padre Bartolomeu Dias. A construção do convento envolve o sacrifício da população pobre, fazendo muitas vítimas na tarefa de deslocar a grande pedra ao pórtico. A outra história, com a qual a primeira se entremeia, fala do amor entre Blimunda e Baltazar, pessoas humildes do povo que se unem ao padre Bartolomeu em seu sonho de voar.

JU indica

Sobre o Ofício do Curador

Alexandre Dias Ramos (org.)
Editora Zouk, 2010, 176 págs.
R\$ 46 (valor médio)

O livro traz textos de oito importantes curadores brasileiros. Entre os enfoques apresentados, alguns são de caráter histórico, localizando o



surgimento da curadoria no tempo; outros, de caráter museográfico, do ponto de vista da produção e apresentação das exposições; e outros trazem reflexões sobre a formação profissional do curador na atualidade e os fundamentos conceituais desse ofício. Destaco os artigos de Rejane Cintrão, que aborda a forma de apresentação de uma exposição e as relações desta com as ideias do curador que, ao selecionar artistas e obras, mostra também as suas ideias; de Paula Braga, que discute as relações “curador-galeria”, “arte e circulação da obra de arte” e “arte e economia”, nas quais o curador atuante no interior do ciclo “obra-mercadoria-obra” desempenha papel relevante, promovendo a obra de arte de mercadoria, ‘a peça de coleção e de pesquisas por seu suposto valor’; Cristina Tejo que trata da formação do curador, vendo-o como um indivíduo com capacidade crítica de reposicionar o nosso entendimento sobre a arte; e Cauê Alves, que aborda especificamente a atividade do curador e sua influência em uma montagem, afirmando: “Uma curadoria de arte é sempre feita a partir do que o curador selecionou e do que não selecionou, do que ele explicitou e do que não explicitou e que permanece silenciosamente no interior dos trabalhos”. O livro traz ainda textos de Walter Zanini, Tadeu Chiarelli, Glória Ferreira e Mabe Bethônico. (Rosâne Vieira)

O Céu de Galileu

Gilberto Buchmann
Editora Arte PausBrasil, selo A Girafa, 2010, 400 págs. R\$ 35 (valor médio)

Em tempos de “arquiteturas”, não posso deixar de referir este lançamento como uma bela arquitetura literária. Somem-se uma pesquisa



histórica cuidada, aliás, de quem já lida com o tema astronomia há muito, uma narrativa de fôlego que bebe muito do bom romance “noir”, uma linguagem exata, sem excesso ou extravagância, uma trama ricamente urdida. O enredo gira em torno do roubo, da busca e do destino de um manuscrito de Galileu, no qual ele desmonta a teoria geocêntrica sustentada pelo Vaticano, reconstruindo-se a atmosfera da época e dos bastidores da “Santa” Igreja inquisidora. A pesquisa minuciosa do contexto nos permite uma viagem sensorial à Itália do século XVII. A edição é bem cuidada. Não bastassem os 400 anos da publicação da obra máxima do mestre italiano, Sidereus Nuncius, o tema Galileu Galilei, esse fascinante homem renascentista, é uma boa sugestão de leitura para o trabalho interdisciplinar em aula. Mas com tempo para a digestão, pois é um romance de 400 páginas. Bem, não seria demais dizer que o autor é um gaúcho graduado em Letras que já publicou a maior cronologia da astronomia em língua portuguesa, intitulada Seis Mil Anos de História do Céu. Ele agora está finalizando outras realizações literárias. Fiquemos atentos. (Antônio Falcetta)



Uma lição importante

Arte

Saraus do IA oferecem espetáculos de qualidade e mostram que a música é para ser dividida

Mesmo antes do início da apresentação, já se pode ouvir alguns acordes no corredor contíguo à sala. No horário marcado, 17h30min em ponto, uma jovem, que aparentemente fazia parte da plateia que aguardava na sala 33 do Instituto de Artes, levanta-se e segue suavemente em direção ao piano. Os dedos correm pelo teclado tocando *Não Insistas Repariga!*, de Chiquinha Gonzaga. Assim começa o espetáculo, sem nenhuma grande pretensão, mas trazendo um repertório com obras de Robert Schumann (1810-1856), George Gershwin (1898-1937), Johann Sebastian Bach (1865-1750) e Carlos Aguirre (1951).

A porta da sala continua aberta como um convite a quem quiser entrar. Aos poucos, as cadeiras vazias são ocupadas por um público predominantemente jovem que permanece muito concentrado e não tira os olhos do palco. Acompanham cada acorde produzido como se eles mesmos estivessem lá se apresentando. Durante uma hora não há espaço para dispersão, para conversa. Só há lugar para a música, que lá é tratada com toda a reverência que merece.

Para muitos ali, o sarau é o primeiro contato com o público. “É importante a experiência de ficar nervoso e ter de aprender a lidar com isso. Nos saraus é possível perceber o que sai bem com o público e o que não sai tanto. Lá o aluno treina a concentração, a expressão. É um laboratório de prática”, explica a professora Hella Frank, coordenadora da série Sarau no IA ao lado da colega



Ianes Gil Coelho e Amauri Iablunovski em sarau na Igreja Metodista

Flávia Domingues Alves.

A participação dos alunos é voluntária, mas para isso precisam se inscrever com uma autorização do professor da classe à qual pertencem, que avalia se o estudante tem ou não condições de se apresentar em público. A performance durante o sarau não é avaliada, mas, para alguns professores, a presença de alunos já é obrigatória para a avaliação semestral.

Os saraus promovidos no IA já de-

ram vários frutos, como o Sarau no Hospital, em que se ministraram recitais e oficinas de música aos pacientes do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, o Sarau no Museu, em parceria com o museu Julio de Castilhos, e o Sarau no Arena, no Teatro de Arena. “É importante, por criar oportunidades para os alunos se apresentarem e a comunidade entrar em contato com a música erudita”, explica Hella. A professora conta que, na edição do *UFRGS Portas Abertas* deste ano,

a sala 33 do Instituto de Artes estava lotada de alunos do Ensino Médio para assistir à apresentação dos estudantes de graduação, uma prova de que há sim um grande interesse por música.

Durante os saraus, é possível perceber a proximidade entre aluno e mestre. Hella apoia, incentivando os pupilos que estão prestes a pisar no palco. “Já presenciei um crescimento incrível desses alunos. É um aprendizado impossível de ter em sala de aula. É importante para os alunos sentirem o que é música, porque música foi feita para ser dividida.”

Dose dupla – Chama a atenção de quem frequenta os saraus semanalmente a presença constante de dois irmãos ou se apresentando ou na plateia, prestigiando os colegas. Ariel, que toca violino, e Gabriel, que toca viola, têm, além da aparência – são gêmeos idênticos –, mais uma coisa em comum: a tranquilidade com que sobem ao palco. Gabriel explica o segredo para tamanha calma. “Quando estou lá, não me preocupo com o erro em si, mas em acertar o resto.”

Apesar de não terem ninguém em casa que fosse músico, a paixão pela música iniciou desde cedo. Com 12 anos, começaram a tocar violão clássico no projeto Prelúdio, da UFRGS, mas confessam que desde aquela época queriam mesmo o violino. Por um golpe do destino, um dos irmãos quase fica de fora. Para participar do projeto, os alunos interessados deveriam se inscrever e esperar o sorteio. Ariel acabou sorteado, mas o irmão Gabriel não, ficando como suplente. Por sorte ou destino, um dos sorteados desistiu e Gabriel foi chamado.

Cerca de um ano depois, os irmãos entraram na escola de música Opus, onde seu desempenho acima da média levou uma professora a convidá-los a participar da classe de violino com dois anos de antecedência à faixa etária indicada. Ensaiaando quase todos os dias, eles conseguiram ingressar na Orquestra de Cordas do projeto Prelúdio. Foi a hora de largar o violão clássico para se dedicar somente ao instrumento desejado.

Violino roubado – Durante cerca de um mês, os irmãos tiveram aulas particulares de violino, em que precisavam dividir o mesmo instrumento para poder ensaiar. Mas, no retorno de uma das aulas, eles foram assaltados, e o ladrão levou o único instrumento que possuíam. Hoje cada um tem seu próprio instrumento, ensaiando cerca de três horas por dia.

Eles contam que a decisão de tornar o que até então era *hobby* uma profissão foi natural. “Muitos colegas nos diziam para tentar outra coisa, que música não era futuro, mas nós nem ligávamos. Apesar de ser um campo muito competitivo, sempre haverá espaço para quem tiver qualidade”, afirma Gabriel.

Depois de dois semestres na Universidade, Gabriel trocou o violino pela viola. A vontade de mudar foi crescendo conforme ele ia descobrindo as potencialidades do novo instrumento quando assistia às apresentações dos colegas.

Cravista mergulhador – A concentração é máxima. O corpo ereto se posiciona para um mergulho profundo. Mas, em lugar de um esguicho d’água precedido de uma acrobacia aérea, o resultado é uma melodia. Não se trata de um salto em águas profundas, mas em um outro mundo, o da música.

O cravista Lício Bischoff, natural de Carazinho, voltou a se apresentar nos saraus depois de um tempo afastado. Às vésperas da formatura, subiu ao palco para tocar cravo. Nos primeiros semestres se apresentava com o piano, instrumento que tocava quando ingressou no curso de Música. Depois disso, passou algum tempo ensaiando no órgão, “até se apaixonar pelo repertório do cravo”.

O músico de 24 anos ensaia de cinco a seis horas por dia e, mesmo já estando no final de sua formação, afirma que “é difícil evitar o frio na barriga que antecede a entrada no palco. Não consigo nem esconder o nervosismo”. E aconselha quem está começando a ter contato com o público o quanto antes: “É uma lição muito importante”, resume.

Cadu Caldas, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico



No tom

Ensaiai para improvisar. Os dois verbos colocados assim, um ao lado do outro, podem parecer antagônicos. Mas foi justamente o que fez o argentino Santiago Vazquez com seis músicos gaúchos na noite que antecedeu a apresentação da edição de junho do projeto Unimúsica. O grupo de instrumentistas convidados – Arthur de Faria, Ricardo Arenhaldt, Diego Silveira, Luke Faro, Fábio Mentz e Artur Elias Carneiro – composto pelo Departamento de Difusão Cultural da UFRGS, responsável pela organização do evento, reuniu maestro e músicos que não se conheciam. O primeiro contato foi no palco mesmo, em um encontro para justamente ensaiar a improvisação.

Criador de um conjunto de senhas, o percussionista se torna maestro de um espetáculo que ninguém sabe exatamente aonde vai dar. Nem ele mesmo. Inspirado pelo maestro norte-americano Butch Morris, Santiago desenvolveu uma linguagem própria baseada em gestos. Ao todo são 140

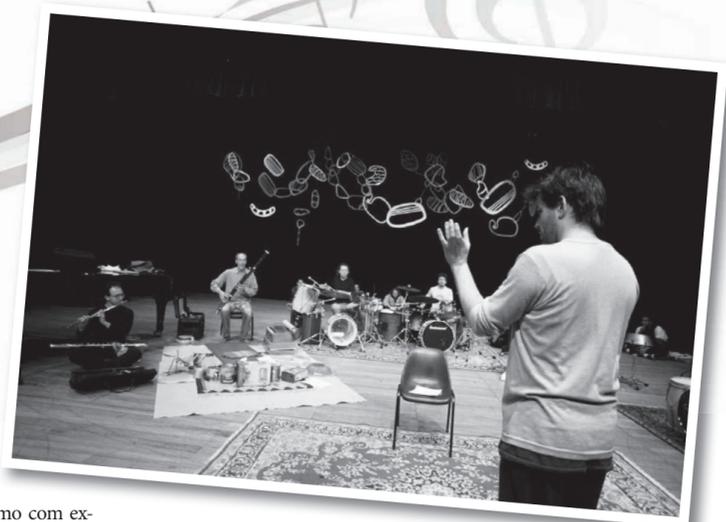
sinais feitos com as mãos e o corpo que permitem ao diretor comunicar-se com os músicos sem emitir som algum. Segundo ele, trabalhando com quem domina essa linguagem, é possível propor qualquer mudança durante a execução de uma música, até mesmo uma alteração de compasso. “Eu vou dirigir músicas tocadas por eles. Vou tentar tomar as ideias que eles têm e combiná-las de maneira musical no palco. A música sai na hora”, resumiu o instrumentista.

Ao se apresentar em 3 de junho, às vésperas da Copa do Mundo, Santiago confessou não estar confiante no time comandado por Maradona. Para ele, muito mais interessante do que as grandes jogadas é a dinâmica do jogo. “No meu time, alguns instrumentos fazem o papel de zagueiros, outros funcionam como meio de campo, e ainda têm aqueles que atuam como centroavantes. É como se eu fosse o técnico. Tenho que dirigir os músicos de maneira que eles possam ir lá e fazer gol”, brinca.

Mesmo com experiência de sobra quando o assunto é improvisação, Santiago considera o frio na barriga inevitável. “Isso mostra que nós não ficamos mecanizados. Se eu não tivesse esse friozinho, inventaria alguma coisa para senti-lo.”

O público assistiu a uma apresentação de tirar o fôlego. Além da intensidade, o tempo de duração das músicas teve uma variação impressionante. Com gestos grandiloquentes, ele conseguiu criar um giro de 180 graus no som produzido. Tudo na mesma canção.

Em vários momentos, o trabalho em grupo cedeu espaço para a apresentação individual de Santiago. Com os mais variados instrumentos ao seu redor, o músico parecia uma criança que se diverte produzindo sons diferentes. Com o berimbau, por exemplo, ele consegue dar uma sonoridade bem distinta daquela criada pelos brasileiros.

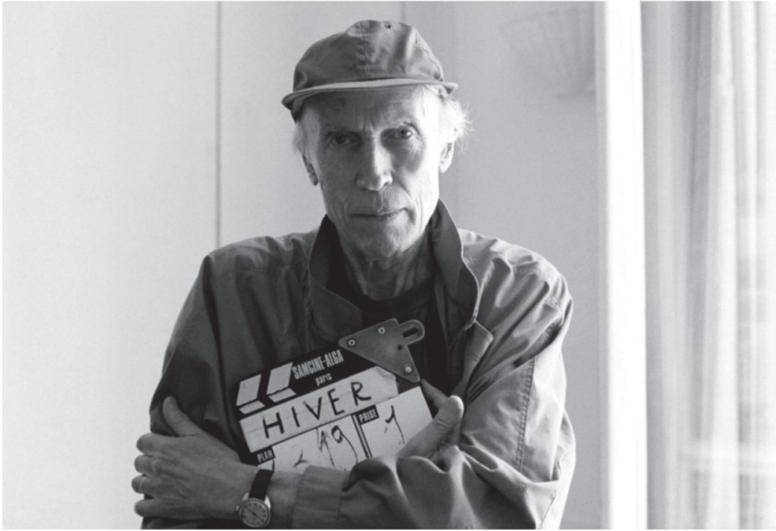


Para o percussionista, sua principal motivação é a tentativa de conectar pontos que a percepção costuma não perceber. O seu mais recente trabalho, um grupo de tango somente com percussionistas, vai ao encontro dessa proposta. “A percussão é o oposto do tango. É esse desafio que me inspira. Como fazer um bom tango somente com percussão de maneira que agrade também aos tradicionalistas? Muitos dizem que experimentação é para elite e que para o povo só há espaço para a apresentação tradicional. Será mesmo? É a união desses dois polos, geralmente incompatíveis, que me toca”, conclui o músico.

Cadu Caldas, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

DESTAQUE

Eco ao cinema de pensamento



Diretor era representante da Nouvelle Vague e foi editor da revista Cahiers du Cinéma

Sala Redenção
Ciclo homenageia o francês Eric Rohmer

Durante este mês, a Sala Redenção-Cinema Universitário, em parceria com a Aliança Francesa de Porto Alegre, promove um ciclo com títulos do cineasta francês Eric Rohmer, falecido em janeiro de 2010. Ele foi contemporâneo de Jean-Luc Godard, Jacques Rivette, François Truffaut e Claude Chabrol na renomada revista Cahiers du Cinéma, que editou de 1957 a 1963. Diretor de 21 filmes e expoente do cinema de arte, Rohmer foi premiado em Berlim, Veneza e Cannes.

Cineasta conhecido por apresentar produções de uma aparente simplicidade e leveza, ele é considerado um retratista do cotidiano por filmar especificamente o ato de conversar. Por isso, a mostra foi intitulada de *Eric Rohmer: a palavra encenada*.

Para o professor da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS Alexandre Rocha da Silva, o diretor produziu uma filmografia de grupo e de fronteira. “De grupo porque sua obra integra um dos mais importantes movimentos cinematográficos do século XX – a Nouvelle Vague – e de fronteira porque, entre os cineastas desse movimento, foi o menos moderno, um severo

crítico do estruturalismo, da desconstrução e do Nouveau Roman, sendo inclusive capaz de afirmar categoricamente: ‘Se é verdade que a história é dialética, em certos momentos os valores conservadores tornam-se mais modernos que os valores progressistas.’” O pesquisador acrescenta que Rohmer, inspirado por Balzac e Victor Hugo, explorou a beleza na sua mais alta potência, aproximando-se da literatura. “Adepto do cinema impuro (Bazin), reconhecia a influência de Renoir, Hitchcock, Welles e Rossellini. Para o diretor dos Contos Morais, o fundamento do realismo não era a reprodução *tout court*, mas a busca obstinada pela beleza do objeto”, avalia.

Sobre o legado e a importância do cineasta, Alexandre destaca a produção de programas para a televisão entre os anos de 1964 e 1966 e, especialmente, a função de crítico na Cahiers du Cinéma, onde foi “talvez o mais erudito de sua geração”. Conforme o docente, esse cargo lhe garantiu o protagonismo na elaboração daquilo a que se pôde, com ele, denominar cinema de pensamento.

Na opinião da curadora Tânia Cardoso de Cardoso, esta é uma oportunidade imperdível para o público e uma homenagem do Cinema Universitário ao grande diretor francês. O ciclo (ver sessões nesta página) conta com o apoio do Centro de Entretenimento E o Vídeo Levou, e a entrada é franca.

CINEMA

Eric Rohmer: a palavra encenada

Ciclo da Sala Redenção em homenagem ao cineasta francês morto em janeiro deste ano, com entrada franca.

A ÁRVORE, O PREFEITO E A MEDIATECA (FRA, 1993, 105 min)
O prefeito socialista de uma cidadezinha, com a ajuda de seus contatos em Paris, consegue dinheiro para erguer uma grande casa multimídia que julga trazer visibilidade a sua administração. Mas os planos da construção têm problemas.
Sessão: 22 de julho (quinta-feira), às 19h; 23 de julho (sexta), às 16h

CONTO DE INVERNO (FRA, 1992, 110 min)
Em busca do amor perdido, uma mulher passa por diferentes relações, erra de um lugar a outro sem saber onde parar nem quem amar, desesperadamente presa a um fantasma.
Sessões: 26 de julho (segunda-feira, às 19h); 27 de julho (terça), às 16h

CONTO DE VERÃO (FRA, 1996, 109 min)



Gaspard vai a Dinard, onde espera encontrar Lena, a garota pela qual acha que está apaixonado.
Sessões: 27 de julho (terça-feira), às 19h; 28 de julho (quarta), às 16h

CONTO DE OUTONO (FRA, 1998, 107 min)
A viúva Magali, de 45 anos, é uma produtora de vinho do Sul da França. Isabelle, sua melhor amiga, resolve encontrar um novo marido para ela: põe anúncio num jornal local e encontra Gérald, um homem decente.
Sessões: 28 de julho (quarta-feira), às 19h; 29 de julho (quinta), às 16h

A INGLESA E O DUQUE



(FRA, 2002, 129 min)
Jovem aristocrata escocesa vive em Paris durante a Revolução Francesa e tem um romance com o Duque de Orleans, primo do rei da França.
Sessões: 29 de julho (quinta-feira), às 19h; 30 de julho (sexta-feira), às 16h

A CARREIRA DE SUZANNE



(FRA, 1963, 52 min)
Bertrand e Guillaume são universitários de Paris. Bertrand não gosta do jeito rude com que o amigo trata sua namorada, Suzanne. Além disso, desconfia que ela se interessa por ele. Porém, ele é apaixonado por Sophie, que o despreza.
Sessão: 30 de julho (sexta-feira), às 19h

História no Cinema – Ano 7

Na Sala Redenção, aos sábados, às 13h30min, ciclo de filmes relacionados a temas do vestibular e do Enem, seguido de palestras. Informações pelo email: historianocinema@gmail.com. Ingressos a R\$ 4, com 50% de desconto para alunos de escola pública e de cursinhos populares.

TEMPOS MODERNOS (EUA, 1936, 87 min), de Charles Chaplin
Assunto: Revolução Industrial

Palestrantes: Daniela Conte e Fernanda Figueiró
Data: 31 de julho

DANTON (FRA/POL, 1982, 130 min), de Andrzej Wajda
Assunto: Revoluções Burguesas
Palestrante: Gabriela Rodrigues
Data: 7 de agosto

QUANTO VALE OU É POR QUILO? (BRA, 2005, 104 min), de Sérgio Bianchi
Assunto: Escravidão
Palestrantes: Jovani Sherer e Guilherme Fraga
Data: 14 de agosto



PLANETÁRIO

Programação do mês de julho do Planetário Professor José Baptista Pereira. Os ingressos individuais são 1 kg de alimento não perecível. Depois de iniciada a sessão, não é permitida a entrada na sala de projeção. Outras informações em www.planetario.ufrgs.br.

A QUINCA, O PITTÍ E O ALBIREU

Programa infantil de 35 minutos de duração. Os irmãos Quinca e Pittí, sob o comando do computador Albireu, saem da estação espacial a bordo de uma pequena nave. Seu destino é conhecer o Sistema Solar e aventurar-se pelo espaço intergaláctico.
Data: 25 de julho (domingo), às 16h

2035 - UMA VIAGEM PELOS PLANETAS

Programa adulto com 37 minutos de duração. A nave Planetário parte da Lua no ano 2035. Guiados pelo computador de bordo e pela tripulação, os espectadores são levados a um passeio pelo Sistema Solar.
Data: 25 de julho (domingo), às 18h

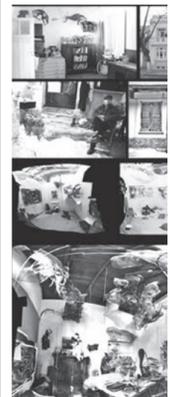
EXPOSIÇÕES

Eu sou você

Com curadoria da equipe do Museu da UFRGS e das professoras Tania Mara Galli Fonseca (Instituto de Psicologia) e Blanca Brites (Instituto de Artes), a mostra traz a público documentos históricos do Hospital Psiquiátrico São Pedro e obras expressivas de quatro pacientes psiquiátricos, selecionadas a partir do Acervo da Oficina de Criatividade do HPSP. Também estão presentes intervenções, realizadas por artistas convidados, em que se apresentam situações de diálogo com o lugar e sua história. Visitação: até 20 de agosto, de terça a sábado, das 10h às 17h
Local: Hospital Psiquiátrico São Pedro
Entrada franca

Percurso do artista

O projeto Percurso do Artista, da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS, apresenta a obra de Nico Rocha, que abrange desde fotografias até instalações. Visitação: até 14 de setembro, de segunda a sexta, das 10h às 18h
Local: Sala João Fahrion
Entrada franca



ONDE?

Hospital Psiquiátrico São Pedro
Av. Bento Gonçalves, 2460
Fone: 3308-4022

Memorial do Rio Grande do Sul
Av. Sete de Setembro, 1020
Fone: 3224-7210

Planetário da UFRGS
Av. Ipiranga, 2000
Fone: 3308-5384

Sala Alziro Azevedo
Av. Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

Sala João Fahrion
Av. Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3034

Sala Qorpo Santo
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

Sala Redenção
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

Salão de Atos
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

Salão de Festas da Reitoria
Av. Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3034

MÚSICA

OSPA-UFRGS

14.º CONCERTO OFICIAL XXI Encontro de violoncelos. No programa, Mozart - Sinfonia N.º 25 em sol menor, K. 183; Schumann - Concerto para violoncelo e orquestra em lá menor, op. 129, e M. Mussorgsky/ Arr. M. Ravel - Quadros de uma exposição. Regência de Karl Martin. Solista: Rodrigo Andrade. Apresentação: 3 de agosto (terça-feira)
Local e horário: Salão de Atos, às 20h30min
Ingressos: R\$ 20 na bilheteria do Salão de Atos, a partir de 5 de julho

Unimúsica

OFICINA COM FERNANDO DO Ó E GIOVANI BERTI
Data: 4 de agosto (quarta-feira)
Local e horário: Salão de Festas da reitoria, às 20h



FERNANDO DO Ó, GIBA GIBA, GIOVANI BERTI, GERALDO FLACH E MARCELINHO DA CUIÇA
O começo do mundo no som da caixinha de fósforos, da latinha de graxa e do pandeiro, na harmonia do vibrafone, no pulsar do sopapo e nos ataques do djembê. Este espetáculo reúne três dos mais atuantes percussionistas do Rio Grande do Sul, Fernando do Ó, Giba Giba e Giovanni Berti, associados à experiência do pianista Geraldo Flach e ao músico revelação Marcelinho da Cuiça, que se apropria da sonoridade de mais de setenta instrumentos. Data: 5 de agosto
Local e horário: Salão de Atos, às 20h

Interlúdio

Parceria entre o Departamento de Difusão Cultural da Pró-Reitoria de Extensão e o Departamento de Música do Instituto de Artes da UFRGS, o projeto traz uma série de recitais de alunos da Universidade.

ANDRÉ CARRARA APRESENTA OBRAS DE CHOPIN E SCHUMANN
Data: 23 de julho, sexta
Local e horário: Salão de Atos, às 12h30min
Entrada franca

Vale Doze e Trinta

NUNCA MAIS, BRIGITTE
Show da banda porto-alegrense com influências marcantes das décadas 1960 e 1980, misturadas ao rock inglês.
Data: 17 de agosto (terça-feira)
Local e horário: Praça Central do Câmpus do Vale, às 12h30min
Entrada franca
Informações em www.difusaocultural.ufrgs.br

TEATRO

Teatro, Pesquisa e Extensão

Programação da 8.ª Mostra Universitária.

A MARGEM DA VIDA
Montagem baseada em texto de Tennessee Williams sobre família assolada pelos efeitos da crise econômica de 1929. A orientação é dos professores Francisco de Assis de Almeida Junior e Rodrigo Ruiz, com direção de Patrick Peres. Elenco: Dudu Engers, Franciele Aguiar, Henrique Monteiro e Martina Fröhlich
Sessões: 4, 11, 18 e 25 de agosto (quartas-feiras)
Local e horário: Sala Qorpo Santo, às 12h30min e às 19h30min
Entrada franca



O Sobrado



Premiado espetáculo do Instituto de Artes abre nova temporada, de volta ao espaço original: o Memorial do Rio Grande do Sul. Adaptação cênica do Grupo Cerco de sete capítulos da obra literária O Continente, da trilogia O Tempo e o Vento, de Erico Verissimo. A ação se passa em 1895, quando o chefe político republicano Licurgo Cambará se encontra sitiado em sua casa. Elenco: Anildo Michelotto, Celso Zanini, Elisa Heidrich, Filipe Rossato, Isandria Fermiano, Kalisy Cabeda, Luís Franke, Manoela Wunderlich, Marina Kerber, Martina Fröhlich, Mirah Laline, Philippe

Philippsen, Rita Maurício e Rodrigo Fiatt. Direção da professora Inês Marocco, com cenografia de Elcio Rossini. Sessões: quintas, sextas, sábados (às 20h) e domingos (às 18h), até 1.º de agosto
Local: Memorial do RS - entrada lateral
Ingressos: R\$ 10 a R\$ 30
Informações: teatrodocerco@gmail.com

Mostra de Teatro DAD

Programação da Mostra de Teatro do Departamento de Arte Dramática 2010/1.

PAUSA PARA UM PEQUENO INSTANTE

Estágio de Atuação I de Raquel Dermann, a peça aborda o universo feminino por meio de trechos de textos da dramaturgia mundial, transitando por Eurípedes, Heiner Müller e Tennessee Williams. Orientação: Patrícia Fagundes.

Elenco: Alessandra Souza e Raquel Dermann. Sessões: 22, 23 e 24 de julho (quinta, sexta e sábado)
Local e horário: Sala Alziro Azevedo, às 12h30min e às 19h
Entrada franca

AS ARTIMANHAS DE ARLECCHINO

Estágio de atuação I de Filippi Mazutti e estágio de Atuação II de Nátali Karro. Baseado na obra *Arlequim Servidor de Dois Amos*, do escritor italiano Carlo Goldoni, apresenta um enredo típico da Commedia dell'Arte: dois pares de apaixonados no centro da ação. Orientação: Inês Marocco. Elenco: Débora Geremia, Filippi Mazutti, Giulii Lacorte, Nátali Karro e Sofia Ferreira
Sessões: 30 de julho (sexta), às 12h30min; 2 de agosto (segunda), às 12h30min e às 20h; 5 de agosto (quinta), às 20h; 6 de agosto (sexta), às 12h30min; e 9 de agosto (segunda), às 20h
Local: Sala Alziro Azevedo
Entrada franca

Meu Lugar na UFRGS



FOTOS FLAVIO DUTRA/JU

Escritório da estrada

As viagens de estudo e pesquisa da UFRGS não acontecem sem ele. Motorista há 25 anos, José Luiz Machado Rietjens responde há uma década pela administração dos ônibus da Universidade, quando foi criado o Grupo Frota, com sede na Agronomia: "Já administrava os dois veículos da faculdade e acabei assumindo o setor".

Na garagem, Zé mostra o xodó da equipe: com 38 anos de existência, o "Trovão Azul" ou "Azulão" é o ônibus mais antigo em atividade. O charme do veículo são as feições clássicas. Caminhando pelo corredor do ônibus que tanto dirigiu, entre as poltronas marrons estofadas, sob o teto arredondado, ele chega ao fundo, onde se acomoda: "Aqui tem espaço suficiente até para deitar e dormir". Se não há ar-condicionado, um miniventilador na cabine do motorista é a solução para os dias quentes do verão.

Até dois anos atrás, alguns ônibus eram tratados por nome. Roberta Close, por exemplo: "Deram esse apelido quando chegou um ônibus novo, com jeito delicado, cheio de acessórios". O "General Belgrano", fabricado em 1966, era ainda mais antigo que o Trovão, mas Zé lamenta que ele precisou ser aposentado, pois "foi condenado pelo DAER e realmente não havia mais condições". A necessidade de organização fez com que Rietjens tivesse de classificar todos os veículos por número: "Algumas pessoas queriam exclusividade no uso de determinados carros". O Azulão hoje é "0.362".

Natural de Porto Xavier, Zé veio para Porto Alegre após cumprir o serviço militar. Prestou concurso para o hoje extinto Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e foi chamado para "uma tal de UFRGS, que eu nem sabia o que era". Na Universidade, além de dirigir, Rietjens chegou a fazer curso de cinegrafista e trabalhou durante um tempo para a Pró-reitoria de Extensão. Em 1992, transferiu-se para a Faculdade de Agronomia: "Querida dirigir ônibus e viajar". Hoje, orgulha-se de trabalhar com os veículos que carregam o nome da Universidade: "Só preferia que o logotipo fosse vermelho em vez de azul", brinca.

O Grupo Frota foi criado para centralizar os ônibus que antes ficavam em cada unidade: Agronomia, Geociências, IPH, Biociências e Veterinária. No ano passado, a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação incorporou à frota um micro-ônibus. Quando o grupo começou, Rietjens era responsável pela administração de sete carros;

hoje são 17. A prioridade de agendamento no início de cada semestre é das unidades integrantes, mas todos os setores da UFRGS podem solicitar veículos. Ele conta que não há quem o substitua em sua função: "Tudo é o Zé". Tem apenas o auxílio de dois bolsistas para algumas atividades. Isso o impede de pegar a estrada tanto quanto gostaria, mas parar ele não parou: "Dirigir é uma cachaça", diz, ilustrando sua paixão pela atividade.

Agora, no meio do ano, faz uma viagem a Fortaleza com o pessoal da Educação Física. Mesmo nessas ocasiões, fica em contato com a sede para gerenciar diversos assuntos. Inclui levar consigo um laptop com Internet móvel para acessar o sistema: "As solicitações dos veículos podem ser feitas pela Internet; eu tenho que saber para escalar motoristas e preparar os carros e a documentação". As saídas podem ocorrer a qualquer horário: "Um pessoal vai ter um curso em Bagé na segunda de manhã, então o ônibus vai sair daqui à meia-noite".

Rietjens conta que administrar esse processo envolve muitos fatores. Os veículos precisam estar prontos, em bom estado e abastecidos, e também com uma extensa documentação exigida pelo DAER em dia: "Todos os passageiros têm que estar identificados e segurados, o motorista tem que estar com saúde, e por isso nós fazemos check-ups regulares na equipe; enfim, há uma série de coisas". Já houve caso de ônibus quebrar no meio da estrada, e ele ser acionado para conseguir motorista e veículo para substituição: "O envolvimento é 24h, mesmo em período de férias. A minha esposa reclama; quando meu filho adocece, por exemplo, eu fico preocupado, mas às vezes não tem como eu dar toda atenção".

Uma das preocupações de Zé agora é encontrar alguém com quem dividir o trabalho e que eventualmente o possa substituir: "Dentro de algum tempo, eu vou mesmo deixar o cargo e também quero poder realizar outras atividades e dirigir mais", revela.

Diego Mandarino, estudante do 7.º semestre de jornalismo da Fabico

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET às segundas, terças, quintas e sextas-feiras, a partir das 21h30min.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil A mulher das tecnologias

Mára Carneiro
*Uma engenheira
fazendo educação
a distância na
Psicologia*

Caroline da Silva

A professora do Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UFRGS Mára Carneiro é engenheira química, fez mestrado em Ciência da Computação e doutorado em Informática na Educação, mas sua área de conforto mesmo é a educação a distância (EaD). Ela diz que "na prática, essa coisa de interdisciplinaridade é muito complicada".

Depois de muito procurar, ela se encontrou numa profissão: "Não consigo dizer o que sou, mas em princípio sou professora. Minha função é ser educadora, minha aspiração é que alguém diga: 'A Mára sabe o que é ser professora!'". Se ela destoa da Psicologia por ter perfil de engenheira? "Com certeza. E aqui é engraçado, o meu departamento é o que tem menos psicólogos: tem médico, assistente social, fonoaudióloga. O próprio departamento é multidisciplinar, mas, ao mesmo tempo, tu não serves para dar aula no curso de Psicologia." O que a Mára faz no Instituto? Ela é a coordenadora do laboratório de Informática e cuida dos bolsistas que atualizam o site do Instituto. Conhece muito de informática, é a mulher das tecnologias! "Se quer usar a EaD, fala com a Mára." E conversar com ela é sair convencido de que essa modalidade de educação é, sim, efetiva.

Créditos da EaD – Atualmente, a docente também trabalha como assessora de um curso de aperfeiçoamento a distância da Farmácia, que visa à formação de farmacêuticos de todo o Brasil para trabalhar na atenção básica de

saúde. Mára participa do Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Rural (Plageder) desde a primeira turma, ministrando a disciplina de Instrumentalização em EaD. "Pela organização que a UFRGS propõe para as aulas e atividades, pela preparação prévia do material e da equipe de tutoria, estamos provando aos alunos que essa modalidade exige deles muito mais tempo que a graduação presencial, por exemplo, porque exige o desenvolvimento da autonomia para que eles possam acompanhar as atividades." Segundo ela, a Secretaria de Educação a Distância da UFRGS defende que a EaD pode ser feita com qualidade, com exigência, com demanda de prazos, de tarefas, de compromissos, avaliação e acompanhamento constante. "A equipe de tutores que se envolve no trabalho junto ao professor é fundamental, uma vez que este é responsável por um grupo de até 300 alunos. Então, os tutores são os dedos dos professores no computador, a fala próxima aos estudantes", avalia.

"Por que a educação a distância pode dar certo? Primeiro porque tu ofereces oportunidade a pessoas que dificilmente poderiam vir morar em Porto Alegre para estudar na UFRGS. Eu fui a alguns polos, e a alegria de a pessoa dizer que é aluna da UFRGS dá uma satisfação!" Mára conta que os professores e a Universidade têm se esforçado para que tudo tenha a mesma qualidade e exigência dos cursos presenciais. Para ilustrar, explica que a dedicação do aluno fica registrada. "Se o aluno não acessa o ambiente, o ambiente te dá o relatório de quando ele acessou e quanto

tempo ficou. O tutor pode chegar para ele e dizer que notou que não fora lido nada, que ele não clicara no local em que estava o texto indicado e, por isso, não escrevera nada no fórum", exemplifica.

Opções - Quando criança, Mára queria cursar Arquitetura, pois admirava a prima arquiteta. "Agora tenho certeza de que sou mais engenheira que arquiteta; sou metódica, organizada, preto no branco com as coisas", conclui.

Ela conta que, no último ano do colégio, se saía bem em Química – "acho que porque adorava o professor". Foi ele quem lhe sugeriu fazer Engenharia Química. "Até então, nem sabia que isso existia", diz. Seu pai sempre quis cursar Engenharia, mas não conseguiu. Ele fez o curso técnico em eletricidade e mecânica no Parobé e abriu uma loja de peças de carro e conserto. "Meu avô logo o colocou para trabalhar, e ele não conseguiu fazer faculdade. O sonho dele era ter a filha engenheira, então acho que, para agradecer meu pai, fui tirar Engenharia Química. E acho que não faria diferença, porque sou estudiosa, perfeccionista."

A porto-alegrense, descendente de portugueses, suecos e dinamarqueses – o que deu às duas irmãs mais novas olhos azuis –, iniciou Engenharia Química na UFRGS em 1974. No concurso para docente, para o qual "se matou" estudando Foucault, Deleuze e Guattari, foi chamada em março de 2006. Significou um retorno, pois havia atuado anteriormente na PUCRS e na UERGS. "As primeiras disciplinas, tive aqui nesse prédio, do Ciclo Básico, e voltei como profissional a este lugar em que iniciei como estudante. Como as salas ficaram menores! Quando temos 17 anos, o mundo é maior..."

Seguindo à risca a indicação do secretário de EaD Sérgio Kieling Franco que professor deve cumprir 40 horas semanais, ela não liga o computador no sábado. Faz dança de salão com o marido e vai à academia três vezes por semana. A máquina volta a ser protagonista no domingo à noite, para programar outra semana que se inicia.

Minha função é ser educadora, minha aspiração é que alguém diga: "A Mára sabe o que é ser professora!"





A série Broderie é um conjunto de fotografias colorizadas à mão destinadas a serem visualizadas em um álbum. Produzidas em 2009, as imagens foram feitas em estúdio com a intenção de representar o tema da figura humana, com a opção por poses e cenas arranjadas. Na ornamentação das imagens, como interferência, foram utilizadas técnicas de pintura com aquarela e de costura com linhas e agulhas. Além da aplicação da cor, a sensação tátil proporcionada pela linha torna a presença do objeto fotográfico ainda mais forte. Neste trabalho, a ênfase está na fotografia como objeto físico, dotado de toda a sua materialidade. Além das fotografias mostradas nesta página, outros trabalhos podem ser vistos no site do Núcleo de Fotografia da Fabico-UFRGS www.fotografia.ufrgs.br ou no site www.labareda.art.br.



Broderie

FOTOS E TEXTO ROCHELE ZANDAVALLI

ROCHELE ZANDAVALLI É FOTÓGRAFA FORMADA PELO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS E MINISTRANTE DOS CURSOS DE EXTENSÃO EM PROCESSOS ARTÍSTICOS OFERECIDOS PELO NÚCLEO DE FOTOGRAFIA DA FABICO-UFRGS.

